



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
1  
2

**7ª Reunião da Câmara Técnica de Controle Ambiental, CTCA.**

Brasília/DF.  
11 de Fevereiro de 2014.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

42 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Senhores, temos  
43 quórum, Adriana? Bom, bom dia. Já que temos novos membros, faremos uma rodada  
44 de apresentações. E eu queria esclarecer que essa reunião da Câmara conta com a  
45 presença de vários membros do grupo de trabalho. Nós estamos numa série de  
46 reuniões sobre a questão das eólicas. Então, nós temos a participação do Ministério  
47 Público Federal, Abeeólica, Petrobrás, vários outros membros, que direta ou  
48 indiretamente, vem contribuindo dentro das discussões do Grupo de Trabalho de  
49 eólica, ou seja, nós estamos com uma Câmara Técnica em reunião com participação  
50 expandida. Mas, o regime dessa reunião agora e o regimento é o da Câmara Técnica,  
51 ou seja, só estou esclarecendo a presença de mais pessoas que são não  
52 necessariamente conselheiros, são membros da Câmara. Bom, na rodada de  
53 apresentações, meu nome é Raimundo Deusdará, sou diretor do Departamento de  
54 Gestão Estratégica e presidente dessa Câmara.

55

56

57 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** -  
58 Adriana Mandarino, diretora do Departamento de Apoio ao Conama. Esclareço de  
59 antemão uma questão, peço a todos que se identifiquem ao microfone e usem o  
60 microfone preto, porque esse é o que está sendo gravado, normalmente, nós  
61 gravamos as reuniões da Câmara técnicas, e esse marrom tem um problema que a  
62 gravação não fica boa.

63

64

65 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente de Projeto do DConama)** -  
66 Robson José Calixto, Gerente do Conama

67

68

69 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de  
70 Janeiro)** – André França, governo do Rio, representando a Abema.

71

72

73 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Eugênio, Secretário  
74 do Meio Ambiente da Bahia, representando a Abema.

75

76

77 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – João Carlos Dé  
78 Carli, da Confederação, Agricultura e Pecuária do Brasil CNA.

79

80

81 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Tadeu Santos, representando  
82 a região Sul do País, Brasil.

83

84

85 **A SR<sup>a</sup>. PAULA CIMINELLI RAMALHO (Anamma Região Sudeste)** - Paula Ciminelli.  
86 Eu sou da Secretaria de Gestão Ambiental, município de São Bernardo do Campo,  
87 representando a Anamma.

88

89

90 **O SR. LEONARDO POVOA (MME)** - Bom dia, Leonardo do Ministério de Minas e  
91 Energia.

92

93

94 **A SRª. DIONE MACEDO (MME)** - Bom-dia a todos. Dione Macedo, Ministério de  
95 Minas e Energia.

96

97

98 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** - Bom-dia a todos. Hassan Sohn, Associação de  
99 Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte, Paraná representando as ONGs da região  
100 Sul.

101

102

103 **O SR. WILSON ROCHA (Procurador da República)** - Wilson Rocha, Procurador da  
104 República.

105

106

107 **A SRª. ISABEL (MPF)** - Isabel, bióloga do Ministério Público Federal.

108

109

110 **A SRª. FERNANDA (MPF)** - Sou Fernanda, sou antropóloga do Ministério Público  
111 Federal.

112

113

114 **A SRª. ELBIA MELO (Presidente da Abeeólica)** - Elbia, Presidente da Abeeólica.

115

116

117 **O SR. VINÍCIUS VITOI SILVA (DConama)** - Vinícius, Apoio do Conama.

118

119

120 **A SRª. MOARA MENTA GIASSON (Diretoria de Licenciamento Ambiental do  
121 Ibama)** - Moara Giasson, Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama.

122

123

124 **A SRª. ANDRÉIA FIGUEIREDO (MMA)** - Andréia Figueiredo, Ministério do Meio  
125 Ambiente.

126

127

128 **O SR. HENRIQUE GUSTAVO KOCH (Anamma Região Sul)** - Eu sou Henrique,  
129 Primeiro suplente da vaga municipal representando Anamma.

130

131

132 **A SRª. FABIANA ALMEIDA MENDES (DConama)** - Fabiana, DConama.

133

134

135 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (Ministério dos Transportes)** - Mateus  
136 Amaral, Ministério dos Transportes.

137

138

139 **A SR<sup>a</sup>. DENISE ALHO (Petrobrás)** - Denise Alho, Petrobrás.

140

141

142 **A SR<sup>a</sup>. LUISA FERREIRA (Biape)** - Luísa Ferreira, da BIAPE.

143

144

145 **A SR<sup>a</sup>. JULIA SAGAZ (Biape)** - Julia Sagaz, da BIAPE.

146

147

148 **A SR<sup>a</sup>. EMILIANA FONSECA (Abeeólica)** - Emiliana Fonseca, Abeeólica.

149

150

151 **A SR<sup>a</sup>. MARIA GRAVINO (Abeeólica)** - Maria Gravino, Renova Energia, e estou aqui  
152 pela Abeeólica.

153

154

155 **O SR. SANDRO YAMAMOTO (Abeeólica)** - Sou Sandro Yamamoto da Abeeólica.

156

157

158 **O SR. DIEGO BASTOS (IPEA)** - Diego Bastos da superintendência de Meio Ambiente  
159 da IPEA.

160

161

162 **O SR. FREDERICO MENESES (IPEA)** - Frederico Menezes, superintendente de Meio  
163 Ambiente do IPEA.

164

165

166 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Bom, todos  
167 apresentados, passarei a palavra para a Doutora Adriana, para que ela encaminhe os  
168 pontos de pauta dessa reunião.

169

170

171 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** -  
172 Nosso primeiro ponto de pauta é a eleição para Vice-Presidente e vice da Câmara ou  
173 a sua recondução. Nós estamos no segundo biênio, início do segundo biênio pós a  
174 aprovação do regimento interno. Houve uma pequena renovação da Câmara Técnica,  
175 os setores todos foram convidados a manter os seus membros ou a reconduzi-los. A  
176 grande maioria foi reconduzida com pequenas alterações, vimos aqui a Paula,  
177 representando a Anamma, não era membro da Câmara antes, o próprio João Carlos  
178 entrou nessa suplência, e o regimento nos coloca essa tarefa. Na última reunião, nós  
179 fizemos uma eleição para vice-presidência, porque o vice não compunha mais essa

180Câmara. Então, agora eu coloco para deliberação dos senhores a possibilidade tanto  
181de permanência de presidente e vice, quanto de eleição de novos membros. Então, eu  
182passo a palavra o nosso Raimundo Deusdará.

183

184

185**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Bom, eu conversei  
186com o André, a nossa intenção é ter a oportunidade de continuar exercendo o nosso  
187trabalho, com a presidência do Ministério do Meio Ambiente e com a vice-presidência  
188com a Abema. Fica colocada, da nossa parte, a proposta de continuarmos, isto se os  
189senhores membros concordarem na presidência e na vice-presidência. Está aberta a  
190palavra aos senhores conselheiros.

191

192

193**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Abema concorda  
194com a recondução do presidente e do vice.

195

196

197**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
198**Janeiro)** – Fazendo apenas uma rápida explanação, o que aconteceu foi que a nossa  
199eleição prevista foi na última reunião. Então, não tivemos nem tempo ainda de  
200desenvolver algum trabalho, porque essa é a primeira reunião da Abema com o (...)   
201em outubro. Mas só destacando alguns pontos, eu acho importante também, já que  
202têm membros novos participando, em defesa, já participo há cinco anos dos trabalhos  
203do Conama, tive a oportunidade de participar de discussões do início ao fim, acho que  
204isso é importante, e uma resolução importante foi a Resolução 436 de Limite de  
205Emissão de Fontes Fixas, que representou mais cinco milhões de investimentos em  
206controle ambiental. Sou funcionário de carreira do órgão ambiental, admitido por  
207concurso público. E estamos em um momento crucial de discussão onde Estados,  
208município, Governo Federal, entidades e sociedade civil, o setor tem que discutir  
209porque precisamos estabelecer novos rumos. A Abema tem proposta, agenda de  
210discussão para os novos campos de licenciamento, já têm trazido aí eventos para  
211colocar isso em discussão e temos aí um ano de desafio, que é final de gestão para  
212vários governos em uma esfera federal/estadual. E a expectativa de realmente  
213conseguir trazer esses avanços com simplificação dos procedimentos, mas, ao  
214mesmo tempo, não mantendo, mas aumentando a qualidade do licenciamento  
215ambiental no País e trazendo a segurança do controle que a sociedade precisa e  
216merece.

217

218

219**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Eu concordo com a  
220continuação do modo como está.

221

222

223**O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza/SC)** - ONG Sócios da Natureza  
224concorda com a continuação da chapa.

225

226

227**A SRª. PAULA CIMINELLI RAMALHO (Anamma Região Sudeste)** - Anamma  
228também concorda.

229

230

231**A SRª. DIONE MACEDO (MME)** - Ministério de Minas e Energia concorda com a  
232recondução.

233

234

235**O SR. HASSAN SOHN (Apramac)** - APROMAC concorda com recondução.

236

237

238**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Bom, nos  
239declaramos reconduzidos, (*Risos!*) (Não abduzidos ainda, mas reconduzidos) e passo  
240ao próximo ponto de pauta.

241

242

243**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - O  
244próximo ponto de pauta é exatamente a resolução sobre licenciamento ambiental de  
245empreendimento de geração de energia eólica. Essa minuta de Resolução estava em  
246apreciação na reunião de ontem, continuidade do Grupo de Trabalho, que já se reuniu  
247há 15 dias, compreendeu que precisava continuar os seus trabalhos e,  
248extraordinariamente, marcamos uma reunião do GT, no dia anterior à Câmara  
249exatamente num esforço quase hercúleo de encerrar um trabalho que vem se  
250mostrando mais complexo do que pareceu no primeiro momento. Deusdará, eu pediria  
251para você colocar para a Câmara Técnica como foram os trabalhos de ontem e qual  
252foi o proposta do GT.

253

254

255**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Senhores  
256conselheiros, peço para fazer uma pequena inversão de pauta, vamos encerrar a  
257pauta da Câmara, depois voltaríamos a esse assunto específico, porque eu gostaria  
258de, nesse assunto, de ouvir as impressões dos conselheiros que participam do Grupo  
259de Trabalho. Então, esse pequeno informe para registro. Eu pediria a Dra. Adriana,  
260que falasse dos outros pontos de pauta e a licença, a permissão dos senhores para  
261voltar esse assunto das eólicas depois de encerrarmos a pauta da Câmara.

262

263

264**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - O  
265outro ponto da pauta é a proposta de revisão da Resolução Conama, que dispõe  
266sobre o procedimento de licenciamento ambiental referente ao recebimento de  
267embalagens vazias de agrotóxicos. Essa é uma revisão de uma Resolução de 2003,  
268em que a CNI propôs algumas coisas para fazer a adequação disso à Política  
269Nacional de Resíduos Sólidos. Essa matéria estava pautada para a reunião do  
270CIPAM, que teria ocorrido no dia 4 desse mês, para fazer a primeira apreciação  
271quanta à admissibilidade. Quanto a essa matéria, surgiu uma dúvida jurídica sobre a

272real competência do Conama em dispor sobre esse assunto, muito embora já exista  
273uma Resolução de 2003. Então, foi essa questão jurídica que motivou uma retirada  
274desse assunto do CIPAM para que se faça uma avaliação mais minuciosa e mais  
275detalhada para não expor o Conama a nenhum desgaste, de começar a discutir o  
276assunto, passar por uma avaliação técnica e depois a Jurídica nos colocar alguma  
277questão que venha retroceder a toda discussão havida. Então, esse ponto fica  
278prejudicado porque não houve a primeira avaliação por parte do CIPAM. Gostaria de  
279abrir e perguntar. Estou vendo a Elisa, conselheira e membro da CNI, chegou agora.  
280Pergunto se tem ainda algum outro esclarecimento por parte dos senhores?

281

282

283**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Bom, não havendo  
284nenhuma solicitação a esclarecimentos... Pois não? Desculpa, João da CNA.

285

286

287**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** - Quem fez o  
288questionamento?

289

290

291**A SR. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - O  
292próprio Ibama, proponente, e, embora seja o Ibama que entrou com a matéria e tenha  
293pareceres favoráveis, o questionamento foi feito pelo próprio Ibama.

294

295

296*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

297

298

299**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente de Projeto do DConama)** -  
300Adriana, houve uma pequena confusão da sua parte, porque essa aqui é a proposta  
301de CNI sobre embalagens vazias de agrotóxicos. Aconteceu o seguinte, vou a socorro  
302à minha diretora. Então, no CIPAM, existiam duas matérias, esta que a Dra. Adriana  
303comentou e outra que a CNI apresentou, que é sobre embalagens vazias de  
304agrotóxicos. Em tese, com essa aqui não há problemas, no entanto como as duas  
305matérias estavam juntos no CIPAM e houve a necessidade de adiar a reunião do  
306CIPAM, essa matéria ficou prejudicada, não foi analisada à época no CIPAM. Então,  
307como ela não foi analisada, ainda não foi admitida, não há como discutir o assunto  
308que não foi admitido pelo CIPAM nesta Câmara Técnica ainda. Mas, tão logo haja  
309uma nova reunião do CIPAM, ela será examinada, provavelmente será encaminhada  
310a uma Câmara Técnica. Só para auxiliar a minha diretora.

311

312

313**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** -  
314Pronto, João Carlos. Na verdade, toda a explicação que eu dei era em relação à outra  
315matéria que está pautada no CIPAM.

316

317

318 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Alguma dúvida,  
319 algum esclarecimento? Vamos ao próximo ponto de pauta.

320

321

322 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** -  
323 Algumas resoluções do Conama pedem complementações ao longo dos anos e é o  
324 caso de uma delas que é a Resolução 393, que pedia algumas complementações que  
325 não aconteceram. Eu vou passar para o nosso gerente Robson, que vai falar  
326 detalhamento sobre isso.

327

328

329 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente de Projeto do DConama)** -  
330 Nesse mês de janeiro, nós do Conama fizemos uma espécie de garimpagem em  
331 relação a essas mais de quatrocentas resoluções que o Conama tem, verificando se  
332 existia alguma pendência para entrar em conformidade, se existiam algumas  
333 pendências em relação à execução, à implementação de algumas dessas resoluções.  
334 E verificamos, são poucas, mas verificamos algumas que, aos poucos, nós vamos  
335 introduzindo na Câmara Técnica para a Câmara Técnica conhecer, avaliar até, se for  
336 caso, dá algum tipo de orientação. Uma delas é essa Resolução 393, pode passar  
337 para o próximo, que fala sobre a questão da água produzida. A Lei 9.966 de 28 de  
338 abril de 2000 dispõe sobre a prevenção, controle e fiscalização da poluição causada  
339 por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas e perigosas. Essa Lei é  
340 erroneamente conhecida como a lei do óleo, erroneamente porque ela não trata  
341 somente sobre a questão do óleo, derramamento de óleo ou questão do óleo, mas ela  
342 também fala sobre as questões das substâncias químicas nocivas e perigosas. Então,  
343 é um equívoco, mas ela é bastante conhecida como a Lei do Óleo. No art. 17º dessa  
344 lei, ela diz o seguinte: É proibida a descarga de óleo, misturas oleosas e lixo em  
345 águas sob jurisdição nacional, exceto nas situações permitidas pela Marpol. E, na  
346 sequência, no seu parágrafo primeiro diz o seguinte: no descarte contínuo de água de  
347 processo ou de produção em plataformas aplicam-se a regulação ambiental  
348 específica. Então, foi justamente daí que surge a Resolução 393 do Conama.  
349 Próximo. Essa Resolução dispõe sobre descarte contínuo de água do processo ou de  
350 produção em plataformas marítimas de petróleo e gás natural, e dá outras  
351 providências, e fala que água de processo de produção é ou água produzida, é água  
352 normalmente produzida junto com o petróleo, doravante denominada água produzida.  
353 Quer dizer, aquela água que é injetada na perfuração e é também mais a mistura que  
354 sai junto com petróleo nesse processo de produção. Próximo. O art. 5º diz o seguinte:  
355 o descarte de água produzida deverá obedecer à concentração média aritmética  
356 simples mensal de óleos, mas disse o seguinte: § 1º: a indústria petrolífera deverá  
357 apresentar ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, no prazo de um ano, proposta de  
358 metas de redução do teor de óleos e graxas no descarte de água produzida. Até o  
359 momento, nós ainda não temos essa proposta. nós estamos aqui, não é nada para se  
360 deliberar. É um informe, uma questão de verificar como podemos tratar o assunto. Já  
361 disse no art. 10: as empresas operadoras de plataforma realizarão monitoramento  
362 semestral de água produzida a serem descartadas as plataformas para fins de  
363 identificação da presença e concentração dos seguintes parâmetros, fala sobre



364 compostos inorgânicos, radioisótopos, compostos orgânicos, toxicidade, parâmetros,  
365 e vai por aí, no art. 10. *(Risos)*. *(Calma, Henrique, não estou com tanta pressa assim*  
366 *não, mas pode passa para próxima)*. Já no artigo quatorze disse o seguinte: os  
367 padrões de lançamentos dos compostos e radioisótopos mencionados no art. 10,  
368 aquele estávamos falando pouco, serão objetos de resolução específica a ser  
369 encaminhado ao Plenário Conama no prazo de um ano a contar da publicação dessa  
370 Resolução. Só que diz o seguinte: os padrões de lançamento serão objetos de  
371 Resolução específica a serem caminhadas, só que não diz quem vai encaminhar isso,  
372 não diz. Infelizmente a Resolução não disse quem vai encaminhar isso. Alguns  
373 setores da área de petróleo dizem que algumas partes dessa Resolução não é  
374 factível, aí fica a questão: e essa Resolução precisa ser revista? É preciso dizer quem  
375 é que vai entregar isso? Essa proposta ao Plenário do Conama. Então, fica aqui no ar  
376 e o tempo está passando, e ela continua pendente. Próximo. Então, é basicamente  
377 isso, informar que é uma Resolução que está em pendência, em relação ao Conama a  
378 ser entregue, o que ela determina. Então, é preciso algum tipo de abordagem ou a  
379 revisão da própria Resolução para que se dê o encaminhamento aos seus fins.

380

381

382 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado, Robson,  
383 obrigado, Adriana. E eu agora fiquei com uma dúvida, esse informe, qual seria a  
384 nossa posição? Ser informado ou ser dado por informados? A Câmara? Alguém tem  
385 algum comentário?

386

387

388 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
389 **Janeiro)** – Não seria o caso de perguntar ao setor que tem representação na  
390 Câmara? Se existe essa proposta de redução? Teria que ser a CNI e, no caso, a  
391 Petrobrás e o Ministério de Minas de Energia.

392

393

394 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Apromac, Hassan  
395 escrito?

396

397

398 **O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** - É prejudicial, acho que quero ouvir a resposta  
399 das três pessoas que ele mencionou primeiro e depois eu faço a minha contribuição.

400

401

402 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Se é que os setores  
403 têm alguma coisa para se manifestar.

404

405

406 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente de Projeto do DConama)** - Só  
407 uma informação adicional, que nós já várias vezes encaminhamos a correspondência  
408 ao IBP. Temos nos nossos registros solicitações do IBP sobre a possibilidade de ter

409esse encaminhamento, de ter alguma proposta. Só que até hoje nós não tivemos  
410nada concreto sendo encaminhado para nós. O IBP faz parte da composição da CNI.

411

412

413**A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** - Eu não tenho conhecimento do andamento disso e  
414vou levar ao setor no Ministério para verificar. Ok?

415

416

417**A SR<sup>a</sup>. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** - Também não temos nenhuma posição aqui  
418agora, posso trazer na próxima reunião ou antes disso, se necessário.

419

420

421**O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** - Bom, então, agora a minha proposta de  
422encaminhamento. Acho que estando os representantes dos Órgãos Superiores dos  
423setores envolvidos aqui presentes e já tendo se comprometido a trazer na próxima  
424reunião, eu acho que já supre a nossa necessidade de complementação de  
425informação para eventual tomada de decisão, não é? Eu sugeriria talvez ao MME, se  
426for o caso, não sei, talvez trazer alguém da NP. Mas ligado a isso, para adiantar um  
427pouco o expediente e dá algum informe técnico que possa nos dá algum embase para  
428nós.

429

430

431**A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** - Eu me comprometo a verificar com o setor e eles  
432vão decidir o que fazer. Ok.

433

434

435**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - A  
436intenção, Presidente, esclarecendo para o resto da Câmara. A nossa intenção era  
437exatamente era colocar na Câmara isso para que possamos resolver essa questão de  
438alguma maneira. Da mesma maneira, estamos fazendo o levantamento de várias  
439outras Resoluções, que tem obrigações pendentes para que possamos  
440adequadamente cumpri-las.

441

442

443**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Bom, fica a  
444recomendação, então, agradeço a posição da CNI e do Ministério de Minas e Energia,  
445da Dione e da Elisa, de consultarmos seus pares, e essa recomendação,  
446eventualmente, fazer um convite específico para que, na próxima reunião,  
447aprofundemos o informe. Doutora Elisa, houve uma eleição de recondução da  
448presidência e da vice-presidência e nós, eu, Deusdará e André, fomos reconduzidos,  
449mas como a senhora estava ausente durante o processo de eleição, perguntarei se  
450existe alguma objeção à recondução? Por favor, a senhora poderia registrar isto no  
451microfone?

452

453

454**A SR<sup>a</sup>. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** - Estamos de acordo com a recondução.

455

456

457 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Muito obrigado.  
458 Voltamos agora ao ponto de pauta inicial, que é a questão dos empreendimentos de  
459 geração de energia eólica e eu pediria que, salvo engano, cinco dos conselheiros  
460 presentes na Câmara estão acompanhando e participando ativamente das reuniões  
461 do Grupo de Trabalho: Eugênio, Tadeu, Hassan, o pessoal da MME, André. Eu  
462 pediria, antes de colocar uma posição formal da Câmara para os nossos conselheiros,  
463 eu pediria que esses membros, por favor, fizessem, dessem suas impressões a  
464 respeito do andamento dos trabalhos. Faço uma ressalva, nós estamos aqui com a  
465 participação do Ministério Público Federal, que pese não ser membro da Câmara, eu  
466 queria já pedir o apoio de vocês, que se, eventualmente, eles quiserem se manifestar,  
467 a presidência da Câmara dará a palavra. Espero que vocês concordem com esse  
468 encaminhamento, porque a participação deles tem sido muito ativa durante o Grupo  
469 de Trabalho. Então, fiquem à vontade, Wilson, Isabel, Fernanda, se eventualmente  
470 quiserem ter direito a voz, está assegurado pela Presidência com o apoio de todos os  
471 conselheiros da Câmara de Técnica de Controle Ambiental.

472

473

474 **O SR. WILSON ROCHA (Procurador da República)** - Muito obrigado. Fazer o  
475 registro do agradecimento.

476

477

478 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Bom, então está  
479 aberto. Quem ser escreve para fazer pequenos relatos ou informes, impressões,  
480 sugestões a respeito das nossas reuniões do Grupo de Trabalho de eólica para os  
481 conselheiros, especialmente os que não estão nos participando, acompanhando,  
482 CNA, Elisa, a Dione e outros membros que, eventualmente, não estão dedicados a  
483 essa matéria como nós. André, Abema.

484

485

486 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
487 **Janeiro)** – Bem, é um rápido relato, na verdade, porque temos hoje a participação do  
488 município, que não vem acompanhando essa discussão há anos, está participando  
489 hoje. Não vamos entrar aqui em pormenores, mas temos questões estruturais na  
490 Resolução, que, na segunda reunião do GT, eu pessoalmente acreditei que estava  
491 caminhando, evoluindo bem para um consenso, mas, ontem tivemos opiniões  
492 diferentes, eu acho que isso é natural em todo o processo de discussão. Em relação  
493 aos Estados, eu acredito também ser a visão que os municípios têm, a questão de  
494 definição de procedimentos, prazos, rotinas específicas, cabe ao órgão ambiental que  
495 está licenciando, porque ele é o agente que opera e sabe as dificuldades e  
496 necessidades. Em nenhum momento, dissemos que não queremos ter prazos, foi dito  
497 várias vezes, mas é importante dizer porque têm membros que estão aqui hoje que  
498 não acompanharam a discussão. Dizemos o seguinte: queremos otimizar o processo  
499 e por isso o Rio de Janeiro, estamos investindo algumas dezenas de milhões de reais  
500 para aprimorar o nosso processo de licenciamento para trazer para o processo digital,

501 para ganhar agilidade, celeridade, com a rastreabilidade dos documentos, das  
502 informações, para promover um licenciamento ágil, mas sempre com a premissa de  
503 melhorar a qualidade do licenciamento. E a partir do momento que temos uma  
504 Resolução que amarra prazos, procedimentos, regras específicas, temos o receio de  
505 que isso possa limitar, ou até mesmo impedir o avanço em alguns órgãos, porque,  
506 para mudar, teria que mudar uma Resolução do Conama, quando, mais uma vez, sob  
507 a égide da Lei Complementar 140, está mais claro do que nunca que vivemos em uma  
508 federação com entes federativos autônomos, que tem que buscar sua eficiência e  
509 temos que agir de forma cooperativa. Isso também está na Lei Complementar 140.  
510 Então vejo que a saída está por aí, e não amarrar e deixar uma Resolução rígida,  
511 mas, sim, conversar com os Órgãos Ambientais, conversar com o setor, ter uma  
512 proposta que atenda a todos, mas com a garantia do controle da qualidade ambiental.  
513 É só esse o breve relato, por que o assunto é complexo, extenso, tem muitos  
514 pormenores, mas são essas as minhas impressões.

515

516

517 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Só um minuto,  
518 Lorenzo do Ministério de Minas de Energia. Por questões isonômicas, e eu cometi  
519 uma indelicadeza, quando pedi licença à Câmara para ter a palavra franqueada ao  
520 Ministério Público, eu queria que o mesmo procedimento fosse dado à Abeeólica,  
521 porque é a entidade que representa os empreendedores e vem ativamente  
522 participando também do processo de Grupo de Trabalho. Então, se os senhores  
523 concordarem, fica franqueada, a qualquer momento, a palavra ao Ministério Público  
524 Federal e à Dra. Elbia pela Abeeólica. Perdão, Elbia.

525

526

527 **A SR<sup>a</sup>. ELBIA MELO (Presidente da Abeeólica)** - Obrigada, Deusdará.

528

529

530 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – MME pediu a  
531 palavra?

532

533

534 **A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** - Pode passar para a Abeeólica, primeiro, depois nós  
535 nos manifestamos.

536

537

538 **A SR<sup>a</sup>. ELBIA MELO (Presidente da Abeeólica)** - Na realidade, eu não pedi a  
539 palavra agora. Eu só agradei a possibilidade de participação.

540

541

542 **A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** – Então, eu passo a palavra para o Leonardo.

543

544

545 **O SR. LEONARDO POVOA (MME)**: Bom dia, rapidamente, o que nós achamos  
546 fundamental nessa Resolução é o conceito de que a energia eólica é uma energia que

547deve ser incentivada. Então, o Conama deveria criar procedimentos que, sem perder  
548a qualidade da análise, tornasse essa análise mais rápida, de forma geral,  
549considerando o empreendimento de baixo potencial poluidor. E definindo os casos em  
550que é necessário o EIA/RIMA, mas a regra seria o procedimento simplificado de  
551licenciamento. Outros pontos, nós podemos discutir depois, mas o principal é  
552caminharmos nessa direção.

553

554

555**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Lorenzo do  
556Ministério de Minas e Energia. Alguém se escreve? Ainda sobre as impressões,  
557preocupações, angústias a respeito do Grupo de Trabalho de eólica? Paula Anamma.

558

559

560**A SR<sup>a</sup>. PAULA CIMINELLI RAMALHO (Anamma Região Sudeste)** – Infelizmente,  
561eu não consegui participar mais das discussões, eu até estive ontem na parte da  
562manhã para tentar me reiterar um pouquinho, mas estou chegando agora. Mas, a  
563primeira impressão só para registrar que a Anamma compartilha o entendimento da  
564Abema de que um detalhamento muito específico do procedimento pode atrapalhar  
565um pouco a autonomia dos Estados e dos municípios na condução do processo de  
566licenciamento. Que é importante que tenhamos critérios gerais a serem seguidos, mas  
567questões mais específicas de procedimentos, prazos, etc., além de já termos  
568definições em outros instrumentos, acabam prejudicando um pouco a organização dos  
569órgãos ambientais.

570

571

572**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Ainda em  
573discussão. Ceicilene, bom dia. Hassan, APROMAC.

574

575

576**O SR. HASSAN SOHN (Apromac)** – Hassan, APROMAC. Sr. Presidente, bom,  
577seguindo a linha dos demais, eu vou iniciar dizendo qual é a expectativa da sociedade  
578civil em relação a essa Resolução. É evidente que a sociedade civil vê com bons  
579olhos e com interesse a expansão da fonte de energia eólica, por ser uma fonte  
580comparativamente menos impactante que outras fontes energéticas, inclusive com  
581uma característica peculiar, muito bem ressaltada pelo próprio setor, de que ela é  
582perfeitamente complementar a hidroelétrica no sentido de que, quando uma está em  
583baixa, a outra está em alta por questões climáticas. Esse é um primeiro ponto, a  
584sociedade civil tem realmente interesse que tenhamos uma Resolução de qualidade  
585que permita agilização de processos sem, evidentemente, atropelar as competências  
586estaduais e municipais, até por quanto temos em mente o pacto federativo e a LC  
587140. Por outro lado, como acontece, a sociedade civil não pode abrir mão das  
588garantias necessárias e o instrumento regulatório. Não que não haja confiança no  
589setor, não que haja desconfiança com relação a estruturas governamentais. Longe  
590disso, mas justamente naquele aspecto de segurança jurídica, qual seja? A segurança  
591jurídica é a certeza. As pessoas fazem contratos escritos, justamente, porque  
592memórias são curtas e interpretações são, às vezes, equívocas, por isso o texto deve

593ser claro e deve conter todos os elementos necessários para estabelecer esse mínimo  
594de segurança jurídica. Passada essa etapa de expectativa, eu gostaria de entrar em  
595um tema que ninguém entrou até o momento e eu acho bastante relevante. Em que  
596pese os trabalhos estarem sendo desenvolvidos já em uma terceira reunião do Grupo  
597de Trabalho, se considerarmos a reunião de ontem como uma terceira, como de fato  
598foi. Nós concluímos que, apesar de ainda termos um horizonte muito bom de  
599convergências e de um texto eu não diria acordado, mas fugiu o tema agora, enfim,  
600consensual. Obrigado, Adriano. Um texto consensual. Nós estamos num momento  
601crítico da discussão, porque nós estamos discutindo o âmago do sistema dessa  
602Resolução e não conseguimos ainda retirar os entraves para a nossa convergência.  
603Nós estamos mais convergentes do que percebemos. Só que se nós não analisarmos  
604o texto como um todo, e isso somente será possível depois de debatermos parte por  
605parte, nós não vamos conseguir fazer um pacto de convergência. Por quê? Porque  
606uma questão depende da outra. Uma garantia aqui depende de uma garantia menor  
607lá, uma garantia menor aqui, uma garantia maior lá. É tudo uma necessidade de uma  
608construção equilibrada. Não é possível você fazer uma concessão em determinado  
609aspecto sem ter analisado o todo. Então, Sr. Presidente, eu continuo otimista, como  
610otimista sempre sou, da possibilidade de estabelecermos um texto de qualidade, que  
611contemple não só as ansiedades de cada um dos setores aqui, mas também as  
612necessidades de segurança de cada um dos setores. Só que eu percebo, e acho que  
613nenhum dos colegas vão me contradizer nesse aspecto, que ainda não estamos  
614maduros nesse aspecto de convergência porque, por exemplo, nas discussões de  
615ontem muito se falou, ampassã, certamente, mas várias vezes se questionou a  
616questão do termo de referência, que seria um dos anexos dessa Resolução. Nós  
617sequer cogitamos de iniciar a análise desse termo de referência que estaria anexo.  
618Termo esse que, dependendo da forma em que for estabelecido, resolveria várias  
619questões do próprio texto. Embora eu sempre prefira resolver todos os detalhes mais  
620relevantes no texto da Resolução, eventualmente, nesse caso, talvez o anexo  
621resolvesse muita coisa, só que nós não debatemos isso e, não debatendo isso, não  
622podemos chegar a um acordo no texto. Então, Sr. Presidente, de imediato, eu  
623colocaria minha impressão para todos de que talvez, na verdade, eu tenho certeza,  
624não estamos maduros para uma discussão aprofundada disso e a finalização desse  
625assunto.

626

627

628**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado, Hassan.  
629Eugênio, Abema pediu a palavra. Desculpa, Eugênio. Abema.

630

631

632**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Bom, além de  
633reafirmar e concordar com o que foi dito pelo colega André e concordar também com  
634o que foi dito pelo Hassan, eu acho que nós estamos vivendo um momento importante  
635dessa discussão, que demanda um pouco mais de reflexão em alguns temas. E nós,  
636especificamente da Abema, nós representamos um Colegiado de 27 Estados. E nós  
637temos um limite em tomada de decisão aqui quando muda muito o texto pactuado. E  
638eu não gostaria. Por exemplo, nós estamos trabalhando uma lógica e várias

639restrições, distância até mil e quinhentos metros de dunas, disso, daquilo. Ótimo, não  
640tem problemas do ponto de vista de principio. Nós precisamos ter uma informação  
641maior do que isso impacta, por exemplo, no Ceará. O que impacta para o  
642desenvolvimento de energia eólica no Ceará, Rio Grande do Sul, no Rio Grande do  
643Norte, no caso da Bahia, que não temos nada no litoral. Mas, enfim, efetivamente,  
644esse é um processo que demanda uma reflexão e uma volta para o conjunto dos  
645colegas da Abema para voltar a refletir sobre isso. Esse é um aspecto importante. E  
646com menos paixão, podemos, inclusive estabelecer algumas conversas, com setores  
647que têm divergência no processo. Dá para conversar com mais racionalidade com o  
648Ministério Público para entender um pouco as razões de um e de outro, com o  
649movimento social, enfim. Nós podemos conversar um pouco mais para tentar ter um  
650nível de amadurecimento e compreensão do que se está propondo. Portanto, eu  
651compartilho com a preocupação do Hassan de que nós precisaríamos, talvez, e isso  
652não é um sentimento de derrota, mas é um sentimento de que eu acho que estamos  
653vivendo um momento importante que precisaria uma reflexão um pouco maior sobre  
654alguns aspectos. Também reconheço que avançamos quando nós, de forma geral,  
655avançamos para o empreendimento de energia eólica ser de baixo impacto, ter  
656licenciamento simplificado e precisa agora exatamente discutir e aprofundar o que são  
657as exceções, o que são essas exceções, que pode comprometer o processo e,  
658principalmente, isso me preocupa, comprometer alguns desenvolvimentos dessa  
659energia em alguns Estados. Então, Deusdará, eu acho que nós podemos mandar para  
660a Câmara Técnica, se quiséssemos ir para o enfrentamento, discutir, votar e tal. Mas  
661poderíamos ter um texto prejudicado pela falta de um pouco mais de serenidade  
662nesse momento. Eu sei, eu conversei isso com o MME, não conversei isso com  
663Abeeólica, mas eu acho que é um pouco a reflexão de travesseiro, ontem à noite para  
664darmos uma pensada. Agora, eu quero registrar, eu sei que não tem nada a ver com a  
665Resolução. Ontem eu falava da Geni e a Geni apareceu ontem no Jornal Nacional.  
666*(Risos)*. Quem aqui viu o Jornal Nacional ontem?

667

668

669*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

670

671

672**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Deveriam ter visto.

673Exatamente o que eu previ aqui *(Risos)*.

674

675

676**A SRª. ELBIA MELO (Presidente da Abeeólica)** - Também no jornal O Valor. A Geni

677é a pessoa mais famosa nos últimos três dias.

678

679

680**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Desculpem-me, eu

681vou fazer um esclarecimento.

682

683

684**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Por favor, por favor.

685

686

**687 O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Porque aquela linha  
688 de transmissão, eu não vi a notícia toda, eu recebi um relato da minha acessória de  
689 comunicação, mas, em resumo, é aquela velha discussão na geração de energia  
690 eólica, os parques eólicos que já poderiam estar gerando energia e aí o foco é na  
691 Bahia, principalmente na região de Caitité, e que não consegue alimentar o sistema  
692 por falta da linha de transmissão. Em linhas gerais, é um pouco isso, aí tem uma  
693 discussão mais longa justamente da empresa que você representa aqui, que é  
694 Renova Energia, e tal. Esse negócio, essa matéria está requentada porque, no ano  
695 passado, um ano atrás, mais ou menos, ela já esteve no Fantástico, no Jornal  
696 Nacional. E, à época, nós preparamos uma nota técnica explicando que foi um  
697 licenciamento por EIA da linha de transmissão, que, depois de formado o processo,  
698 nós licenciamos em seis meses a LP. Que a chefe responsável pelo empreendimento,  
699 ela demorou em torno de quatro meses para entrar com pedido de LI, depois de ser  
700 concedida a licença, entraram com documentação formal do processo em menos de  
701 dois meses, exatamente, 57 dias. Nós num esforço tremendo priorizando, nós  
702 concedemos a LI. E eles derem uma ordem de serviço alguns meses depois e a obra  
703 está atrasada por falta de projeto Executivo. Basicamente é isso. E aí sempre volta a  
704 história da Geni, que a Geni mudou de nome, Geni não é mais Geni, Geni é meio  
705 ambiente. Obviamente, o Governador está aqui hoje, nós já conversamos pela manhã,  
706 ele vai fazer um pronunciamento sobre isso, e vai falar com a Presidenta Dilma, não  
707 dá mais para mantermos esse tipo de coisa. Nós já fizemos, no ano passado, uma  
708 reunião com o Ministério de Minas e Energia com o secretário, mas parece que é falar  
709 para a pedra. Então, isso rebate nessa questão dessa Resolução. Então, nós não  
710 temos culpa na área ambiental, nós sabemos que temos falta da gente, nós temos  
711 equipamentos e tecnologias às vezes insuficientes, como todos os outros setores  
712 também, nós temos falta de preparo algumas coisas, as nossas condições de trabalho  
713 não são as melhores, como não são de outros setores da administração pública.  
714 Agora, nós não podemos continuar, essa cantiga se repete, a décadas, a sermos os  
715 únicos responsabilizados pela falta da capacidade de gestão dos outros setores. Nós  
716 não podemos e não vamos admitir. Terá uma reação forte do Estado da Bahia,  
717 podem-se preparar e aí o seguinte: vai lá TV Globo, faz Fantástico, faz Jornal  
718 Nacional, faz isso e aquilo, faz um estardalhaço, ouvindo um único lado, porque ouve  
719 um único lado. Desculpe, vocês podem depois me criticar, porque é quem paga  
720 publicidade, não tenho dinheiro para publicidade, é quem paga isso, quem paga  
721 aquilo, ouve um único lado e, quando você faz a resposta, no máximo te dão três  
722 parágrafos no G1, no máximo. É uma situação complicada. Inclusive, em relação a  
723 isso tudo, eu sinceramente acho melhor nós darmos uma curada no fígado, porque se  
724 não uma decisão agora com base, inclusive, nessa situação, que se repete, que é  
725 nojenta, que é hipócrita, que é abaixo, e não sei mais outros adjetivos que daria para  
726 usar aqui, mas que, por respeito, eu não vou usar e que não é respeitosa com outros  
727 setores públicos, que nós somos todos setores públicos. Todos nós sabemos a  
728 importância da energia. Você estava falando que teve que comprar um gerador de  
729 energia para não poder perder os trezentos reais de camarão que trouxe de Alagoas.  
730 O seguinte: nós sabemos que energia é de interesse social, interesse público, nós

31

16

32



731sabemos, e que nós queremos incluir socialmente as pessoas e, para incluir  
732socialmente, eles têm que ter acesso à energia elétrica. Nós sabemos que precisamos  
733desenvolver este País e um dos principais insumos é a energia, nós sabemos que  
734precisamos dar as condições do desenvolvimento da energia limpa, mas não nesse  
735nível de golpe baixo. Desculpe-me, aí não tem diálogo. Se é para ir para porrada, nós  
736sabemos dar porrada. E eu quero registrar isso porque tem gente do Ministério de  
737Minas e Energia aqui que eu quero que leve, porque vem resposta do Governador  
738também. Então, é um pouco essa situação. Desculpa-me o desabafo, mas isso irrita,  
739porque nós, por um lado, somos acusados como gestores que, às vezes, capitula os  
740interesses das indústrias, das empresas, do setor investimento, com razão. Por outro  
741lado, parece que não fazemos tudo. Vamos ser mais sinceros; vamos propor ao  
742Congresso Nacional acabar com a gestão ambiental do País. Talvez resolva a gestão,  
743talvez todos os problemas de desenvolvimento sejam resolvidos e a incapacidade e a  
744incompetência de gestão desapareça também como num passe de mágica. Desculpe  
745o desabafo, mas eu estou usando um termo duro, “emputecido” com esse troço.

746

747

748**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Mais um registro,  
749para quem, tive a oportunidade de resgatar. Ontem na esperança de ter algum  
750momento de reflexão mais suave, zapeando no rádio, tem uma entrevista super  
751bacana com Gutemberg na Band News, que aconteceu, sobre a eólica. *(Intervenção*  
752*fora do microfone. Inaudível)*. Ontem, entre a hora que eu saí daqui, entre 9h e 9h15.  
753Apresenta os dados da Abeeólica, fala da Dinamarca, um pouco das suas  
754contribuições técnicas. E a reflexão do Gutemberg é muito mais do que ambiental, ela  
755é também econômica, seria bom se pudéssemos resgatar essa entrevista, porque ela,  
756de certa forma... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Olha 90.5, *(Intervenção*  
757*fora do microfone. Inaudível)* eu não sei qual é a rádio. Não precisa falar quem é  
758Gutemberg, não é? Foi Secretário de Meio Ambiente, físico e tal. Então, ele aponta  
759algumas das preocupações estávamos tendo ontem, a respeito de custo, por  
760exemplo: porque a bola da vez agora é questão a eólica; como os custos da eólica há  
761cinco, 10 anos atrás; o que aconteceu na redução, na viabilidade econômica da  
762energia eólica; vis a vis as outras fontes de energia; a questão dos outros países, o  
763que está acontecendo. Parecia, assim, que eu estava ouvindo conselhos do além,  
764porque saí de uma reunião como aquela de ontem, você ligar o rádio e ouvir uma  
765série de coisas. Será que eu estou falando com um anjo? É muita coincidência, mas  
766são coisas para o bem e eu acho que são coisas que acontecem conosco porque o  
767nosso trabalho é trabalho de boa fé e trabalho para ter um bom resultado. Mas era  
768bom resgatar porque ficou muito boa a entrevista. É óbvio que eu não tenho a couraça  
769de saber se a posição dele é mais uma posição mais Gutemberg, acho que foi  
770conveniente ouvir e foi uma coincidência. Está escrito o Wilson do Ministério Público  
771Federal, a Ceicilene do Ministério de Minas e Energia, Tadeu, Paulo e, depois, nós  
772fazemos um encaminhamento e eu faço um relato final. Wilson, Ministério Público, por  
773favor.

774

775

776 **O SR. WILSON ROCHA (Procurador da República)** - Bom, o Ministério Público  
777 Federal, através GT Grandes Empreendimentos, tem acompanhado a construção  
778 dessa Resolução a respeito de eólicas e tivemos, ontem por quase 11 ou 12 horas,  
779 discutindo o assunto aqui, e eu acho que ficou muito claro que não estamos prontos  
780 para aprovar essa semana me parece, hoje ou amanhã, uma Resolução. Parece-me  
781 que a área da nossa economia, do nosso setor energético sobre a qual ainda há  
782 pouco conhecimento. E eu digo isso com base em especial em uma fala que eu ouvi  
783 aqui ontem da representante do setor, dos empreendedores do setor que afirmou  
784 categoricamente aqui para todos nós que não havia impacto cumulativo em energia  
785 eólica. Felizmente, o Ministério Público trouxe a Isabel, que é uma bióloga, que pode  
786 explicar para a representante dos empreendedores que há impacto cumulativo. Quer  
787 dizer, nós estamos numa instância mais elevada de normatização ambiental nesse  
788 País, após o Congresso Nacional, e nós estamos discutindo uma Resolução que vai  
789 regulamentar um setor, que vai regulamentar centenas ou milhares de licenciamentos  
790 ambientais em todo o País, em vários âmbitos da Federação, Estado, União e  
791 município. E nós estamos partindo de pressupostos, de afirmações que são  
792 absolutamente equivocadas. É claro que há impacto cumulativo em energia eólica, por  
793 mais que seja um baixo potencial de impacto, nós estamos falando de uma fonte que  
794 vai representar, em muito pouco tempo, 10% da nossa matriz energética e é claro que  
795 vai haver um impacto muito significativo da energia eólica no seu conjunto enquanto o  
796 ramo da economia. E aí nós podemos sim, eu concordo que podemos partir de um  
797 pressuposto que há um baixo potencial de impacto, mas é absolutamente necessário  
798 estabelecer aquelas hipóteses e eu acho que nós somos capazes de estabelecer isso,  
799 discutir isso dentro do Conama em que, desde já, se afigura um impacto um pouco  
800 mais preocupante e que isso não quer dizer que não vai instalar, mas que vai se exigir  
801 um estudo ambiental um pouco mais profundo. E aí eu faço um apelo aqui à área  
802 ambiental do Governo Federal, infelizmente nós estamos discutindo uma proposta que  
803 parte da Abema/Abeeólica, me parece, uma proposta que parte da sociedade civil  
804 com o respaldo do Ministério Público Federal, mas nós não temos na mesa uma  
805 proposta que parta da área ambiente do Governo Federal. Eu vejo com muita  
806 preocupação a postura do Ibama nessa discussão, vejo com muita preocupação,  
807 porque o que nós estamos discutindo aqui é pacto federativo. É claro que a  
808 Constituição exige que se resguarde aos Estados o âmbito de sua autonomia, isso  
809 está na Constituição e o Ministério Público Federal vela por isso, mas até que ponto  
810 vai o interesse geral que deve ser representado pela União e até onde vai o interesse  
811 local que tem aqui a representação efetiva e atuante da Abema. Os Estados têm feito  
812 o seu papel, tem lutado, impugnado pela sua autonomia no licenciamento ambiental,  
813 eles estão corretos ao fazer isso, mas não vamos chegar a um ponto de equilíbrio,  
814 nós não vamos ter uma Resolução adequada, se a área ambiental do Governo  
815 Federal também não fizer a defesa daquilo que cabe à União. E eu não tenho visto  
816 isso aqui, não tenho visto isso aqui. E eu conheço órgãos estaduais e federais de  
817 meio ambiente, eu fui promotor de Justiça no Estado de Goiás e eu sei que, em regra,  
818 não é sempre, mas, via de regra, o ente federal ambiental possui um corpo técnico até  
819 mais qualificado, em regra, do que os estaduais, isso acontece em várias áreas do  
820 poder público. Então, significa que nós temos dentro do Ibama gente muito capacitada  
821 para discutir impacto à área em fauna, para discutir erosão costeira, coisas que o

822Ministério Público Federal tem sido obrigado a trazer para a mesa de discussão  
823porque o Ibama não tem feito o seu papel, que é trazer isso para cá. Eu entendo que  
824o Conama, o Deusdará, a Adriana, tem aqui uma postura de mediadores e não podem  
825ir para essa linha de frente, dependendo sustentar posições e tudo mais. Deusdará,  
826ontem, estava angustiado, porque só tinha que ouvir e não podia, as vezes, explicitar  
827posições porque ele está aqui na função efetivamente de mediador. Mas alguém  
828dentro do Governo Federal vai ter que fazer isso porque senão nós vamos chegar a  
829ponto de equilíbrio, essa é a minha preocupação. Eu acho que tínhamos que ter mais  
830técnicos do Ibama aqui, não sei a formação da representante do Ibama que está na  
831mesa, mas tenho certeza que ela não sabe tudo. O MPF trouxe três técnicos ontem,  
832por que o Ibama não trouxe mais técnicos para cá? Para falar de ave, fauna; para  
833falar de quirópteros, não sei o quê e tal. Coisas técnicas que eu nem sei que tem  
834impacto, que tem repercussão. Então, eu acho que precisamos de mais tempo para  
835discutir e faço um apelo à Câmara Técnica para que nos dê mais tempo e faço um  
836apelo à área ambiental do Governo Federal para que venha para a discussão, para  
837que faça proposta, para que sustente, defenda aquilo que cabe à União dentro do  
838pacto federativo. Posso estar equivocado, mas eu não tenho visto isso com a clareza  
839que eu gostaria enquanto representante do Ministério Público Federal.

840

841

842**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Bom, eu vou pedir  
843licença à Ceicilene e ao Tadeu, se vocês me permitem, como foi citado os  
844empreendedores, o Ministério e Ibama, que pudessem fazer à réplica ao nosso  
845querido Dr. Wilson, depois vocês fariam as colocações. Ou vocês querem manter a  
846inscrição? Posso fazer assim? (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) Então, a  
847Elbia, por gentileza.

848

849

850**A SRª. ELBIA MELO (Presidente da Abeeólica)** - Eu gostaria de registrar que eu  
851não afirmei que não existem impactos cumulativos, (*Intervenção fora do microfone.*  
852*Inaudível*). Desculpa, Elbia da Abeeólica. Eu gostaria de registrar que não afirmei que  
853não existem impactos cumulativos. Eu afirmei que eu não conheço estudos sobre  
854impactos cumulativos tal como nós também não conhecemos no Brasil estudos de  
855mortes de morcegos e de pássaros porque a nossa experiência no setor eólico é  
856muito curta. Obrigada.

857

858

859**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado, Elbia. Eu  
860vou passar a palavra para Moara e, depois, eu vou trocar o meu chapéu de  
861coordenador e tentar falar um pouco como Ministério, se vocês me permitem. Moara,  
862Ibama.

863

864

865**A SRª. MOARA MENTA GIASSON (Diretoria de Licenciamento Ambiental do**  
866**Ibama)** - Bom, eu vou, primeiramente, frontalmente e elegantemente, discordar. Acho  
867que sua manifestação, sua procuradora foi bastante deselegante e eu acho que esse

868 não é um ambiente em que façamos esse tipo de manifestação. Nós estamos aqui  
869 para contribuir, se o senhor tivesse perguntado, no momento de ontem, enquanto o  
870 GT estava reunido discutindo. Sou Bióloga, tenho 11 anos de Ibama, trabalhando  
871 exclusivamente com licenciamento ambiental, já trabalhei com diversas tipologias de  
872 empreendimento, não vou aqui colocar o meu currículo para vocês. Eu acho isso  
873 desnecessário, mas o fato é o que Ibama tem participado e, especialmente, participou,  
874 eu gostaria o que senhor estudasse o processo que deu início a esse processo de  
875 discussão sobre o regramento para energia eólica. Foi feito um Grupo de Trabalho  
876 coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Desculpe aos demais, eu vou me  
877 repetir aqui porque acho necessário, acho que os demais conhecem esse processo.  
878 Foi feito um processo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com participação  
879 ativa do Ibama, especialmente nossos técnicos do Rio Grande do Sul, que são os que  
880 mais têm experiência em licenciamento de eólicas, participaram bastante disso Grupo  
881 de Trabalho, e foi feita uma proposta de Resolução, após uma série de discussões  
882 com praticamente todos os órgãos estaduais de meio ambiente e foi formada uma  
883 proposta bastante complexa que, quando chegou a essa Câmara Técnica, foi  
884 considerada uma proposta complexa demais. Enfim, nós tivemos alterações no  
885 âmbito, especialmente da Abema, que são frequentes. Então, se decidiu por formar  
886 um Grupo de Trabalho, se decidiu que aquela Resolução que foi colocada, inclusive,  
887 com regime de urgência, que já havia sido discutida desde 2012. Dois mil e doze foi  
888 quando finalizou esse Grupo de Trabalho, inclusive, com proposta de termo de  
889 referência, com proposta de critérios bastante complexos, assim considerados por  
890 essa Câmara Técnica, que tem a sua legitimidade. Cada um tem suas opiniões, sua  
891 maneira de lidar com os procedimentos e com os critérios técnicos. Então, foi decidido  
892 por essa Câmara Técnica não enviar essa proposta complexa ao Plenário e, sim,  
893 formar um Grupo de Trabalho, que acabou trazendo uma proposta bastante enxuta.  
894 Essa proposta bastante enxuta foi considerada pela Câmara Técnica enxuta demais,  
895 por isso nós voltamos a discutir em cima de uma proposta feita especialmente pela  
896 Abema e pelo MME, mais ou menos esse histórico, me corrijam se eu estiver errada.  
897 Então, nesse vai e vem, eu acho que talvez as peritas do Ministério Público tenham  
898 participado com mais frequência das mesmas reuniões porque nós tivemos alteração  
899 nos representantes do Ministério Público Federal, mas podem trazer esse relato para  
900 o senhor. O Ibama, em termos de percentual, em termos de números de processos de  
901 eólicas, nós temos um percentual muito menor. Então, nós damos muito mais peso ao  
902 trabalho técnico que a Abema vem trazendo porque temos experiência sim,  
903 experiências importantes, especialmente no Rio Grande do Sul, aliás, exclusivamente  
904 no Rio Grande do Sul, licenciados pelo Ibama, que a Fepam também têm outras  
905 tantas no mesmo Estado, e nós temos trazido sim nossa contribuição técnica. Quanto  
906 aos critérios técnicos, Sr. Procurador, nós não trouxemos porque não chegou o  
907 momento de discussão deles ainda, nós fizemos apenas a leitura ontem desses  
908 critérios técnicos, por isso que eles não foram trazidos pelo Ibama, mas o Ibama  
909 trabalha muito conjuntamente com o Ministério de Meio Ambiente e o nosso  
910 posicionamento técnico é, primeiro, discutido dentro do próprio Ministério. Nós temos  
911 aqui também especialistas em ave e fauna, inclusive Secretário do próprio Ministério,  
912 um dos grandes especialistas do País, e todo um grupo técnico que trabalha mais  
913 com a parte de qualidade do que os próprios técnicos do Ibama, que estão mais

914acostumados com a parte de avaliação de impacto. Então, para trazer as questões de  
915mapeamento, as questões de áreas prioritárias para conservação, unidades de  
916conservação. Também tivemos a presença aqui do Instituto Chico Mendes,  
917infelizmente, por outras agendas, os colegas do ICMBio não puderam está presentes  
918no dia de ontem e no dia de hoje, mas mandaram recado, a própria secretaria do  
919Conama veio a avisar ao Ibama: “olha o pessoal do ICMBio não vai poder estar  
920presente, mas nós vamos levar o resultado das discussões para eles para poder  
921trazer um posicionamento técnico”. Agora, uma coisa que o nosso próprio presidente  
922da Câmara Técnica colocou muito claramente é da legitimidade de cada um. Nós  
923estamos aqui com um número menor de técnicos, porque cada um tem o seu  
924momento de trazer o posicionamento técnico à mesa. Eu acho que não valeria aqui eu  
925trazer um secto de biólogos e geólogos do Ibama, quando nós temos um  
926representante de cada um dos outros Estados. Se for necessário nós fazemos um  
927Grupo de Trabalho só com os técnicos, que sejam os técnicos dos órgãos estaduais e  
928do Ibama, e do próprio Ministério do Meio Ambiente, nós estamos dispostos a isso,  
929mas acho que esse ambiente, apesar de ser um Grupo de Trabalho, ele é feito por  
930representantes. Então, nós temos aqui Secretário de Estado, nós temos um  
931representante que representa vinte, trinta ONGs do Rio Grande do Sul, do Nordeste,  
932enfim, são representantes. Nós não estamos trazendo todo o grupo que trabalha, mas  
933temos sim bastante experiência na avaliação de impacto ambiental e espero ser  
934tratada com o respeito que tratamos a todos vocês.

935

936

937**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado, Moara.  
938Como me tinha posicionamento anteriormente. Eu só queria registrar, eu também sou  
939funcionário do Ibama, cerca de um terço de século para não dizer exatamente a meia-  
940idade. Queria parabenizar a Moara pela postura que acabou de colocar e fazer um  
941registro muito importante. Eu acho que o Ibama está se comportando dentro das  
942orientações dadas pelo Ministério. Se o comportamento do Ibama é questionável ou  
943não, e espero que dentro dos padrões de entendimento do que é a anatomia de um  
944processo de discussão dentro do Conama. Está sendo dessa forma é porque está  
945orientado a ser dessa forma. Nós temos conversado depois das reuniões; nós temos  
946refletido a esse momento, realmente, de trazermos os próprios técnicos da Ministério  
947para que possamos contribuir, como ela falou, o secretário Roberto Cavalcante, que é  
948dos maiores especialistas em ave e fauna para dar as suas contribuições. Talvez  
949tivéssemos nos equivocado no Grupo de Trabalho, achando que tivéssemos  
950representações mais técnico/políticos para conduzir o texto e, de certa forma, ouvir  
951mais do que participar. Mas entendemos que essa questão está muito mais aderente  
952ao Estado e caberia a nós, Ministério do Meio Ambiente e Ibama, a formatar a  
953moldura, mas deixar que o Estado e as partes interessadas e afetadas fizessem o  
954conteúdo, eventualmente. Talvez essa estratégia nossa não tenha sido melhor, nós  
955vamos rever, conversar e podemos, eventualmente, ter uma participação não só da  
956moldura, mas também contribuir um pouco na construção do conteúdo. Duas tarefas  
957extremamente difíceis que estão em nossas mãos, para não falar de outras inúmeras:  
958o órgão licenciador federal, o lombo de cipó de aroeira de quem mandou dar é nas  
959costas dela; e atribuição da coordenação que é tentar ter temperança e o equilíbrio

960 para procurar sempre ter o consenso, não aumentar as distâncias, sempre caminhar  
961 na aproximação. Então, se, eventualmente, nós estamos cometendo equívocos, não  
962 estamos tendo o nosso trabalho reconhecido pela dificuldade que é inerente, que nós  
963 sabemos que tem, mas, assim, de coração aberto, nós estamos tentando fazer o  
964 melhor do que podemos fazer. Certamente, a nossa postura vai ser um pouco  
965 diferente a partir da próxima reunião, mas eu queria falar dos próximos capítulos  
966 depois de ouvir as pessoas escritas, que é a Ceicilene, o Tadeu e a Elisa.

967

968

969 **A SR<sup>a</sup>. CEICILENE (MINAS E ENERGIA)**: Bom dia. Com relação às observações que  
970 foram feitas aqui, eu entendo que todos os setores tenham os seus problemas, seja o  
971 setor elétrico, seja a área ambiental, enfim, qualquer outro setor. Eu acho que isso  
972 reflete o nosso grande desafio de estarmos aqui e - infelizmente o Eugênio se  
973 ausentou, mas ontem ele falou uma coisa muito importante que temos que refletir, que  
974 é o nosso espírito público. - Todos nós sabemos das nossas responsabilidades,  
975 sabemos de todas as dificuldades que o nosso País está passando, sabemos da  
976 importância dessa Resolução e da importância de como ela vai ser construída e, é  
977 óbvio, depende muito do que nós consensarmos aqui. Entendemos, sim, que é  
978 importante darmos continuidade à discussão. Entendemos que temos que  
979 amadurecer muito em vários aspectos, que infelizmente nós não conseguimos.  
980 Avançamos, reconheço que nós avançamos vários pontos, mas têm alguns pontos  
981 que ainda precisa uma reflexão de todas as áreas. E eu gostaria de deixar o meu  
982 posicionamento, que eu entendo que além das contribuições dos órgãos ambientais  
983 que já vem acompanhando esse processo, o Rio de Janeiro, a Bahia, ontem nós  
984 tivemos uma contribuição técnica isenta, muito importante tanto do Ibama, quanto a  
985 representante do Governo do Estado do Rio grande do Sul, na minha avaliação de  
986 técnica. E eu gostaria de questionar o Deusdará, considerando que nós estamos em  
987 um regime de urgência, caso a matéria dê continuidade a discussão do GT, isso é, se  
988 pode voltar a GT e, se caso, como vamos proceder considerando essa questão de  
989 regime de urgência.

990

991

992 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – As variações de  
993 humor são impressionantes, o Eugênio agora falou: “Não quero mais conversar hoje!”.  
994 Voltou a ser zen. (*Risos*). Bom, a Adriana não estava presente e eu vou tentar  
995 responder. A Ceicilene fez uma provocação extremamente importante porque ela é  
996 regimental, ela argumenta que a matéria está em regime de urgência, o  
997 encaminhamento que nós... Bom, talvez seja diferente, depois farei essa resposta,  
998 quando fizermos o encaminhamento para a Câmara Técnica. De qualquer forma, é  
999 bom considerar o que ela colocou, a matéria está em regime de urgência, quais  
1000 seriam os próximos passos se eventualmente nós tomarmos a decisão de o assunto  
1001 (*Risos!*) continuar no Grupo de Trabalho. Mas vamos ouvir primeiro o Tadeu e a Elisa  
1002 e, depois, damos o esclarecimento regimental. Desculpa, Tadeu e Elisa

1003

1004

1005O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza) - O nosso entendimento, o  
1006nosso olhar ambiental parte de um princípio que se o Brasil adotou um sistema  
1007capitalista na gestão política, se faz necessário manter o compromisso de levar em  
1008frente esse sistema capitalista, que ele é meio injusto, comprovadamente injusto e  
1009cruel para com a população. E, para que haja continuidade, é preciso que o Governo  
1010Federal busque soluções para manter essa dinâmica, principalmente com energia,  
1011que é um fator básico e primordial para a qualidade de vida e para os meios de  
1012produção. Eu tinha falado, no início, de que, enquanto o Brasil não discutir a matriz  
1013energética, nós vamos ter sempre esse problema. Eu acho, presidente, que o fato de  
1014uma matriz energética não ser uma matriz energética com definição clara sobre a  
1015existência das várias fontes e os impactos ambientais, os objetivos de modelo político,  
1016fica muito complicado se discutir uma das fontes, mesmo sendo uma fonte que todo  
1017mundo é favorável. Imagina se nós tivéssemos aqui discutindo nuclear, ia ter tiro para  
1018tudo quanto é lado. Além de a matriz energética necessitar dessa definição clara, de  
1019forma clara para os protagonistas, os interessados, a questão do licenciamento. O  
1020Ministério do Meio Ambiente promoveu um evento, no ano passado, um seminário  
1021sobre licenciamento e não concluiu. Todo mundo foi lá e falou. Nós parabenizamos o  
1022discurso do ex-ministro José Carlos Carvalho, que ele foi super sincero e objetivo na  
1023explicação dele, das deficiências do licenciamento no País, quer dizer, não foi um  
1024ambientalista que falou, foi um ex-ministro, que tem uma carreira reconhecida na  
1025história do meio ambiente desse País. Como nós viemos da região carbonífera do Sul  
1026de Santa Catarina, que é a mais degradante do País, quando se falou em discutir uma  
1027Resolução sobre eólicas, nós viemos para cá prontos a assinar qualquer coisa a favor  
1028das eólicas. Porque para quem conhece a queima de combustível fóssil não é só a  
1029questão do CO2, não é só a questão do gás efeito estufa, é a exploração do mineiro  
1030antes. Eu estava olhando um artigo de um defensor da nuclear, e ele dizendo que não  
1031havia nenhum problema de emissão de gases, nuclear. Existe, sim, porque para  
1032explorar urânio causa esse efeito. Então, a mesma coisa também, outro artigo no  
1033rasto sujo das energias limpas foi publicada essa semana na Super Interessante, o  
1034cara também fala que ela não é tão limpa, porque tem que explorar estanho para  
1035formar a placa. Bom, eu acho que se não houver recuo de ambas as partes, não vai  
1036haver avanço para avançar é preciso recuar. E eu estou percebendo que os egos, e  
1037egos quando eu falo egos é das ONGs representando, Hassan da APROMAC, nós da  
1038Sócio da Natureza, com a própria orientação do Paulo Brack do Instituto de Biociência  
1039da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do resto dos demais aqui. Então, se  
1040existe uma crítica à atuação dos ambientalistas. Então, os ambientalistas também  
1041criticam a atuação de todos os demais integrantes da Câmara Técnica e do Conama e  
1042do Ministério do Meio Ambiente também. É preciso recuar, se não houve recuo não  
1043vai chegar à conclusão nenhuma e vai ficar aquela situação, tipo, parecida, com a  
1044457. Vai ser aprovada, mas vai ficar uma Resolução furada. Citei a 457 porque,  
1045ontem, em Santa Catarina, houve uma prisão, em Joinville, de um cara que tinha  
1046milhares de animais lá, mas ele ficou com os principais animais porque a Resolução  
1047assegura o direito da guarda. Então, houve uma crítica enorme do pessoal das  
1048associações. Onde eu quero chegar é que a Resolução, a proposta de Resolução das  
1049eólicas, aí eu concordo com o Hassan, e concordo com o procurador de que é preciso  
1050discutir mais para se chegar num consenso. E para o amadurecimento de uma

1051 importante, talvez não seja a mais importante, porque eu acho que mais importante é  
1052 a solar, que é a que tem um menor impacto ambiental a princípio. Então, se não  
1053 houver uma discussão mais profunda, é possível que a Resolução seja aprovada com  
1054 o esquema, com os mesmos tipos, resoluções que são aprovadas para agradar o  
1055 Governo e agradar os setores interessados. E a comunidade ambientalista, sociedade  
1056 civil no Conama, como sempre tem minoria, vai ficar criticando, e se vai ficar  
1057 criticando não fica bem para o Conama aprovar uma Resolução, o que o cidadão lá  
1058 fora vai dizer, ou outro País vai dizer? “Lá existe um Conselho Nacional de Meio  
1059 Ambiente, que é um dos dois mais antigos da República, mas o pessoal não se acerta lá  
1060 dentro. As resoluções são aprovadas, mas a sociedade civil, os representantes estão  
1061 sempre criticando as resoluções. E não votando favorável”. Eu acho que nós temos  
1062 que ter sabedoria, e paciência, e sabedoria em lidar com um problema que não, pelo  
1063 amor de Deus, gente, não é uma coisa tão grave assim, basta manter uma discussão  
1064 criteriosa, adequada, ponto por ponto, discutindo com humildade, que nós vamos  
1065 chegar a um consenso. Agora, enquanto não houver recuo, não vai ter avanço e isso  
1066 eu já tinha apitado essa bola no início, dizendo: “eu vou ver dificuldades e, realmente,  
1067 as dificuldades estão acontecendo”. Era isso.

1068

1069

1070 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado, Tadeu.  
1071 Só um breve comentário, essa crítica eu acato, porque não é só uma crítica, é uma  
1072 autocrítica, especialmente com a preocupação do Conama, do Conselho. Eu acho que  
1073 temos que ter muito cuidado com o que você afirmou. O que está em jogo aqui não  
1074 são, meramente, os interesses de empreendedores, de órgãos públicos, gestores ou  
1075 não, é o papel e a importância que o Conama tem. Se nós começarmos, eu mudaria o  
1076 exemplo da 457, que eu acho que nós erramos mais no cacarejar do que no fazer,  
1077 porque nós não soubemos fazer uma nota técnica explicando os benefícios da  
1078 Resolução. Eu acho que associar essa situação a 457, me parece que nós erramos  
1079 num outro ponto na 457. Mas o que Tadeu está colocando é a expressão do grupo,  
1080 ninguém é contra o empreendimento eólico, ninguém é contra que haja as exigências  
1081 de EIA/RIMA, ninguém é contra que haja rito simplificado, ninguém é contra que tenha  
1082 critérios, ninguém é contra que é baixo impacto poluidor. Nós temos muito mais  
1083 consenso do que nós imaginamos. O que nós talvez tenhamos que ouvir nas suas  
1084 sábias reflexões é que não há uma negociação se não houver renúncia. Então, ao  
1085 invés de estarmos nos aproximando, estamos nos polarizando, cada vez ficando mais  
1086 distantes. Parece-me que as partes envolvidas estão se utilizando disso para  
1087 postergar. Então, eu acho que precisa ter clareza, e aí a angústia do Ministério de  
1088 Minas de Energia e dos empreendedores que estão aqui ouvindo isso de uma forma  
1089 clara é que tenhamos que postergar para resolver porque, se nós formos postergar  
1090 para não resolver, é melhor nós termos uma postura mais madura e dizermos: “Olha,  
1091 nós somos incapazes de chegarmos a um texto. Vamos levar e usar o direito legítimo  
1092 e democrático do voto. Vamos registrar as coisas, submeter ao voto à Câmara  
1093 Técnica, submeter o voto ao plenário”. E aí você sabe como as coisas acontecem  
1094 quando há esse tipo de encaminhamento. Estou preanunciando qual é a posição da  
1095 presidência e vou consultar os conselheiros, mas já deixo para a reflexão, que se a  
1096 decisão, se eventualmente nós encaminharmos por esse tempo que o Eugênio falou,



1097por esse tempo que o Dr. Wilson falou, pelo tempo que Apromac falou, em tese, o que  
1098Tadeu falou da necessidade desse tempo e do questionamento do Ministério de Minas  
1099e Energia, esse tempo tem que ter um compromisso sólido e revogável, de que nós  
1100temos que chegar a uma solução. Seja uma solução máxima de consenso possível,  
1101seja uma solução, e aí sim, claramente da oposição, de pólos opostos e que seja  
1102levada à questão da votação. E compromisso com prazos. Não podemos, de novo,  
1103termos nesse Grupo de Trabalho, que nós estamos participando, o histórico de vinte  
1104anos de discussão. Se tivermos consenso, se estamos trabalhando numa coisa boa  
1105para o meio ambiente, uma coisa boa para o setor elétrico, uma coisa que, na maior  
1106parte dos princípios em tese, nós não temos conflitos, porque não estamos  
1107conseguindo resolver? E aí outra preocupação é comparar o que nós estamos  
1108fazendo agora com os demais empreendimentos. Quer dizer, já, já nós estamos  
1109chegando numa situação que estamos colocando regras ou entraves muito maiores  
1110do que outra fonte de energia, que não tem esse tipo de entrave. Então, nos devemos,  
1111no mínimo, manter a coerência com esses princípios. Nós queremos dar uma solução  
1112boa para o setor? Vamos ser coerentes e dar uma boa solução para o setor. Com  
1113salvaguarda jurídica, com seguranças ambientais, mas nós precisamos, efetivamente,  
1114fazermos uma reflexão após essa reunião e ver se o engajamento e se essa  
1115condução realmente é para poder ajudar a resolver o problema, porque se for para  
1116ganhar tempo, postergar por postergar, eu acho que não estamos sendo justos  
1117conosco, e com a importância que o Conama tem e essa Câmara Técnica. Vou  
1118passar a palavra para a Elisa e, depois, eu dou encaminhamento.

1119

1120

1121**O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Só uma questão de ordem,  
1122(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*) para complementar. Eu fiz, tentei fazer  
1123uma leitura mais política, mas eu gostaria de fazer uma observação mais técnica.  
1124Quando falei que eu vinha da região carbonífera e vim de lá para assinar qualquer  
1125coisa favorável às eólicas. Até gostei muito e várias vezes frisei a frase do Spengler ,  
1126quando ele diz que nós não poderíamos complicar o licenciamento das eólicas, que as  
1127eólicas não poderiam ser tão complicadas quanto as térmicas. É isso, Eugênio?  
1128(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*). Por aí. Então, realmente, eu ainda penso  
1129dessa forma. Eu acho que, se é que tem que complicar um licenciamento, tem que ser  
1130das energias sujas e nós temos que ter esse princípio de que se a energia é  
1131renovável, é limpa, ela tem que ser, não facilitada, mas tem que ser, o processo tem  
1132que ser menos burocrático para que haja atrativo ao investidor. Agora, ao chegar aqui,  
1133e começar e depois fazer algumas pesquisas, nós fomos perceber, presidente, de que  
1134a eólica, mesmo sendo renovável, ela causa impacto. As comunidades hoje que vivem  
1135próximas aos parques eólicos falam em poluição sonora, falam em mortandade de  
1136aves, mesmo não sendo em rota migratória. Então, eu acho que é preciso rever essa  
1137questão dos impactos ambientais e há possibilidade de avançarmos, acho que há. É  
1138isso.

1139

1140

1141**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado. Elisa.

1142

1143

1144**A SR<sup>a</sup>. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** - A CNI tem acompanhado de perto essas  
1145discussões, junto da Abeeólica em particular, também com Abema e MME. E o que  
1146temos sentido, não vou entrar aqui em nenhum cenário político, nem de necessidade  
1147do setor, nem nada. Nós estamos falando de uma Resolução de licenciamento. O  
1148setor não só a eólica, como todo o setor de energia, como a indústria, em nenhum  
1149momento está querendo se eximir de licenciamento ambiental. O que estamos  
1150pedindo são regras claras, segurança jurídica como vocês colocaram, estamos  
1151querendo licenciamento diferenciado sim para alguns setores porque é necessário.  
1152Não há nada que vá contra isso. O fato de um licenciamento diferenciado ser mais  
1153célere, ser menos oneroso, não quer dizer que vai ser mal feito, que não vai ter  
1154estudos técnicos, que vão ser piores pela celeridade que se quer dá ao processo. A  
1155CNI já tem apresentado algumas propostas de diretrizes, em particular, temos  
1156trabalhado também no Congresso. Nossa posição é de que as normas nacionais ou  
1157federais, o que vem ser discutido aqui no Conama, não impeça os trabalhos que os  
1158estádios tem feito, mas que dê uma uniformizada nos procedimentos de  
1159licenciamento. Com relação às minutas que temos acompanhado, nós temos ter  
1160sabedoria para negociar, todo mundo tem que saber e tentar chegar num consenso. O  
1161que nós temos sentido, e eu não sei como vai ser o encaminhamento, nós também  
1162temos esse sentido de urgência como se chegou até a Câmara Técnica, mas que tem  
1163muitas questões jurídicas também que estão impactando aqui, talvez até mesmo nas  
1164nossas conversas técnicas. Eu não sou advogada, mas nós trabalhamos muito um  
1165conjunto com o nosso Jurídico que tem lido e acompanhado cada minuta que sai, com  
1166exceção da de ontem que ainda não tivemos acesso. Mas sentimos que está faltando  
1167um olhar também para não bater com outras legislações, resoluções do Conama, que  
1168podem está tendo interferência aqui. Tem um olha que, por exemplo, principalmente a  
1169Lei Complementar, nós estamos esbarrando em algumas coisas, o próprio Código  
1170Florestal, quando se propõe que não é permitido o licenciamento em APP. O Código  
1171Florestal (Intervenção fora do Microfone. Inaudível.) já tem regras sobre isso, eu acho  
1172que está faltando esse olhar também. Eu concordo com que, do ponto de vista  
1173técnico, eu acho o que lbama, o MMA, enfim, todo mundo que está participando, o  
1174próprio setor, tenham condições plenas de está colocando aqui os conceitos de que  
1175vivem a realidade tanto de quem faz o licenciamento como de quem é licenciado. Isso  
1176daí é um conjunto que está muito bem representado aqui no GT. Mas, tendo dito isso,  
1177o que eu queria propor, talvez deixar para a discussão, é, de repente, depois que  
1178definirmos pelo menos, qual texto vai, fazer uma reunião antes de se deliberar nessa  
1179Câmara Técnica o texto final, uma reunião das Câmaras Técnicas, essa de Controle  
1180Ambiental e a Jurídica juntas antes de sair. Pelo seguinte, tem muita coisa aqui que,  
1181se sair do jeito que está, mesmo que todo mundo tenham interesse que ela saia  
1182assim, ela vai ser barrada lá e nós vamos ter um retrocesso porque vai voltar.

1183

1184

1185(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1186

1187

1188 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Vou explicar por  
1189 que fiz essa cara assim. Linguagem dos gestos é terrível, tem hora que eu não  
1190 consigo, mas é porque nós tentamos fazer isso e foi um desastre. O que podemos é  
1191 convidar a Câmara Técnica para o GT ou para ouvir porque, infelizmente, nós não  
1192 tivemos uma boa experiência no passado recente. Mas, tudo bem, nós vamos fazer,  
1193 mas de uma forma um pouco...

1194

1195

1196 *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*

1197

1198

1199 **A SR<sup>a</sup>. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** - É porque assim, eu acho que se nós não  
1200 fizermos isso, seja no GT nem nada, eu vou pedir aqui, até porque está chegando na  
1201 CNI e, nós como representantes nessa Câmara e também na CTAJ, está faltando o  
1202 pessoal lá dentro. Ninguém está contra o que está escrito lá, muitas vezes é como  
1203 está escrito lá e como é interpretado aquilo. Então, é um pouco, nós não queremos  
1204 mais perder tempo com isso, nós, enquanto CNI, não temos interesse nenhum que  
1205 tenha algum retrocesso, mas sabemos que do jeito que está também não vai, nem do  
1206 ponto de vista técnico, algumas coisas, dentro das novas propostas, e muito menos  
1207 do ponto de vista jurídico.

1208

1209

1210 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Concordo, se  
1211 conseguirmos um consenso, foi isso, do jeito que está não dá para continuar.  
1212 Precisamos nos reorganizar. Antes de responder a Ceicilene, eu acabei, só para termos  
1213 ter a dimensão da importância do que estamos tratando real. Quer dizer, isso aqui são  
1214 matérias de hoje de manhã e de ontem à noite. Vejam qual o grau, só para lembrar,  
1215 eu sei que todos sabem, o grau de responsabilidade daquilo que estamos tratando,  
1216 avaliem a urgência e avaliem importância dessa renúncia, dessa aproximação para  
1217 dar uma solução. O Jornal Nacional exibiu ontem a reportagem que trata do atraso de  
1218 novas estratégias do sistema energético do País. De acordo com a matéria, os  
1219 atrasos mais graves são dos parques eólicos na Bahia, do Rio Grande do Norte e do  
1220 Ceará. E por aí vai. Existe uma nota encaminhada no MME, publicada no portal do  
1221 Jornal Nacional na noite de ontem, nota a imprensa, fala de todas as explicações do  
1222 ponto de vista do MME a respeito da transmissão, do planejamento do setor elétrico,  
1223 das adversidades climáticas e a capacidade instalada. Na Folha de São Paulo traz,  
1224 ontem, outra nota publicada pelo MME sobre a análise de especulações divulgadas  
1225 pelos meios de comunicações. O Valor Econômico traz uma matéria que afirma que  
1226 dos 28 conjuntos de parques eólicos que tem racionamento feito pelo Operador  
1227 Nacional de Sistema elétrico, ONS, 16 produziram menos do que esperaram no ano  
1228 passado. O Valor Econômico publica ainda matéria sobre necessidade de construção  
1229 de novas usinas nucleares. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)* A partir da  
1230 próxima década, é uma coisa para vermos, não para os nossos netos verem não. De  
1231 acordo com o texto, a avaliação é de Fulano de Tal, o Secretário de Planejamento  
1232 Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas de Energia, o texto aponta cultura  
1233 prognóstica. Uma coisa é certa, "na próxima década, o Brasil certamente vai

1234necessitar de operações de usinas nucleares, até porque serão necessárias, meados  
1235da década de vinte, o Brasil sofrerá um esgotamento das novas ofertas de geração  
1236hídrica e por isso precisará buscar um crescimento na geração térmica, carvão, gás e  
1237nuclear”. Matéria publicada no Correio Brasiliense aponta o que País pouparia oito  
1238bilhões caso houvesse uma campanha de redução de consumo de energia. Outro  
1239jornal Valor Econômico, “outro Governo quer leiloar novas hidrelétricas”, também  
1240questão da matriz energética. O Estado de São Paulo publica uma matéria sobre a  
1241questão da estiagem, da falta de água, o volume de água armazenado e a geração de  
1242energia. Estado de São Paulo hoje publica outra matéria sobre a questão da seca e a  
1243importância dos impactos na produção da cana, laranja, e os benefícios (...). O  
1244Estadão traz uma matéria. Quer dizer, Valor Econômico, eu estou aqui com a análise  
1245de mídia tempo real. Vocês vejam, de ontem para hoje, essa matéria do Gutemberg,  
1246essa questão do Jornal Nacional, nossa posição é essa, a sociedade está esperamos  
1247que nós, Conama, nós, de alguma forma, dê a resposta para nossas angústias. Eu  
1248vou deixar a Adriana responder para a Ceicilene. Mas, o nosso encaminhamento que  
1249nós vamos propor à Câmara Técnica, e aí esse encaminhamento é para os membros  
1250titulares e conselheiros da Câmara Técnica e não para os convidados, é pela  
1251manutenção da matéria no Grupo de Trabalho, tendo em vista todas as posições que  
1252foram colocadas aqui. Nós lamentamos não ter trazido para essa reunião uma  
1253proposta consensuada ou não até porque nós, como eu coloquei antes, nós  
1254entendemos que se trouxemos uma matéria polarizada como está para votação, nós  
1255corremos o risco de fazer a votação, ter uma posição democrática que deve ser  
1256acatada, porém, podemos perder a noção do conjunto e, no final da obra, Câmara e  
1257Plenário, podemos, efetivamente, ao invés de estar trazendo uma Resolução racional,  
1258uma Resolução inteligente, menos passional, nós poderemos, na verdade, trazendo  
1259uma Resolução que vai resultar em muito mais problemas do que solução para os  
1260nossos objetivos que seria a questão dos empreendimentos eólicos. Então, a nossa  
1261proposição é ouvir os membros da Câmara. Mas a proposição para retornar o Grupo  
1262de Trabalho, nós teríamos a possibilidade, encerrando essa reunião da Câmara  
1263Técnica hoje, fazer uma breve reunião do Grupo de Trabalho para nós pelo menos, se  
1264não entrarmos em texto, para pelo menos termos uma estratégia de como vamos  
1265abordar as reuniões do Grupo de Trabalho daqui para frente, dividir tarefas e buscar  
1266essa aproximação. Eu acho que talvez nós possamos nos reunir na parte da tarde,  
1267uma reunião rápida mais para tratar da estratégia, se a Câmara aprovar a  
1268manutenção do Grupo de Trabalho, vamos fazer: De como continuar abordando as  
1269reuniões, de que forma? Vamos dividir por etapas? Vamos ver a questão jurídica?  
1270Vamos ver o maior envolvimento do Ministério, do Ibama, do MME, do MMA? Como  
1271poderá ser? Vamos continuar trabalhando com o texto friamente? Talvez pudéssemos  
1272conversar um pouco, depois dessa catarse coletiva, dessa terapia grupal, nós  
1273pudéssemos voltar à tarde e fazer um plano de voo do Grupo de Trabalho para que  
1274possamos, efetivamente, dar as respostas mais construtivas e na maior rapidez  
1275possível para o setor e sociedade, que estão angustiados com isso. Com relação a  
1276esse meu encaminhamento, está amparado regimentalmente?

1277

1278

1279 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** -  
1280 Então, para responder a questão levantada tanto pelo MME quanto agora pela  
1281 presidência da Câmara. Eu queria primeiro situar a todos como é que foi o  
1282 encaminhamento desse assunto dentro do Conama. Em abril de 2013, foi a primeira  
1283 reunião dessa Câmara de Controle Ambiental, que se debruçou sobre essa matéria.  
1284 Nessa reunião, houve um pedido de vistas, praticamente todos os segmentos pediram  
1285 vistas para apreciar melhor o assunto e trazer suas colaborações. Em 6 de Agosto, a  
1286 Câmara novamente se reúne e entende que era melhor criar um GT ouvindo  
1287 especialistas sobre o assunto. Em 22 de agosto, houve a primeira reunião desse  
1288 Grupo de Trabalho e aí o grupo fez uma minuta bastante enxuta e encaminhou. Em  
1289 setembro de 2013, houve a reunião Plenária e, nessa Plenária, é que houve o pedido  
1290 de urgência. Então, a matéria começou a tramitar, teve um primeiro pedido de vistas  
1291 e, no meio do caminho, o MME apoiado por oito outros conselheiros, fez o pedido de  
1292 urgência da matéria na Plenária. Na reunião seguinte dessa Câmara Técnica, várias  
1293 entidades apresentaram suas emendas, pareceres e sugestões. O entendimento  
1294 daquela Câmara à época foi de que era melhor matéria voltar para um Grupo de  
1295 Trabalho, já que eram visões muito distintas uma das outras, e aí a matéria voltou  
1296 para o grupo que fez mais duas reuniões. Se vocês se lembrarem, num ofício que nós  
1297 fizemos, Departamento de Apoio ao Conama fez, a todos os conselheiros, membros  
1298 de GT, membros de Câmaras Técnicas, nós antecipamos um cronograma para esse  
1299 ano e eólicas estava presente em várias reuniões que foram antecipadas no final de  
1300 dezembro. Isso porque a Ministra na Plenária de novembro, quando nós já tivemos  
1301 que explicar que, embora essa matéria estivesse em regime de urgência, ela não  
1302 estava pronta para aquela Plenária de novembro, houve uma fala da Ministra nos  
1303 cobrando que essa matéria precisaria estar pronta para essa Plenária de março. E,  
1304 por isso, nós fizemos convocações e reuniões a partir de janeiro, que é o mês  
1305 normalmente de férias e difícil de se convocar. Eu lembro que esse GT fez duas  
1306 reuniões, 28 e 29 de janeiro, quando se entendeu que não era suficiente, não teria o  
1307 texto pronto para esta reunião de hoje, e aí fez a reunião ontem extraordinária. Então,  
1308 em termos regimentais, não há problema em mais uma vez se explicar à Plenária que  
1309 a matéria não está pronta. O que eu acho que vai precisar haver é um  
1310 reconhecimento das dificuldades, dos erros e dos acertos, aqui desse Grupo de  
1311 Trabalho. E, com isso, a Plenária fica ciente de que há um trabalho sendo feito e que  
1312 a matéria envolve questões mais complexas do que foi a avaliação no primeiro  
1313 momento. A matéria vai seguir em discussão no Grupo de Trabalho e na Câmara  
1314 Técnica. Não porque a matéria está em regime de urgência que ela pode chegar tão  
1315 atropelada na Plenária. Evidentemente, se essa Câmara decidir por isso, por fazer  
1316 votação e encaminhar para a Jurídica, o regimento não é impeditivo. É uma questão  
1317 da avaliação dos senhores do que é melhor, amadurecer um pouco mais e chegar um  
1318 texto com consistência e com possibilidade de repercussão na sociedade que faça  
1319 com que se avance nos processos ou com o grau de divergência muito grande com  
1320 uma possível aprovação e uma implementação delicada e complicada depois.

1321

1322

1323 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA):** Senhores conselheiros, basicamente,  
1324 é urgência para Plenária. Se você, eventualmente, no Plenário, por exemplo, quiser

1325pedir vistas, você não pode pedir vistas. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*

1326Não.

1327

1328

1329*(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*

1330

1331

1332**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama) -**

1333Uma pequena complementação, na Câmara Técnica não há possibilidade de pedido

1334de vistas, porque a matéria, estando em regime de urgência, ela não pode pedido

1335vistas na Câmara, e, além disso, já teve um anterior. Na Plenária, se houver pedido de

1336vistas tem que passar por votação.

1337

1338

1339**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA) –** Pedido de vistas,

1340que tradicionalmente não é acatado. Se você está em urgência e pede vistas... Bom, a

1341palavra aos conselheiros, por gentileza.

1342

1343

1344**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**

1345**Janeiro) –** Sr. Presidente, não estaria absolutamente sincero se eu dissesse que eu

1346não estou um pouco frustrado de ver que mais uma vez não conseguimos concluir os

1347trabalhos. Mas, ao mesmo tempo, hoje com um pouco mais de serenidade matinal,

1348ontem ainda, no calor da discussão, nós víamos a possibilidade de levar à Câmara,

1349independente do consenso. Mas, hoje, com uma visão um pouco mais tranquila sobre

1350o assunto, também entendemos que não adianta levar de qualquer jeito para que seja

1351uma Resolução inócua que não atinge seus objetivos e isso sim significaria o fracasso

1352absoluto de todos os trabalhos realizados. Então, entendo isso perfeitamente. Eu

1353pessoalmente, eu acredito que Eugênio também que vai falar não se oponha ao

1354encaminhamento proposto, mas o que eu pondero é exatamente o seguinte: o que

1355vamos fazer - aí é uma pergunta que eu faço a todos, não só a presidência que está

1356conduzindo os trabalhos - mas o que vamos fazer para evitar que em março

1357estejamos na mesma situação que estamos agora? Para chegar a março e: “temos de

1358novo duas propostas, que se faz?” Então, eu acho que temos que ter um

1359planejamento, definição se for o caso uma matriz de responsabilidade, quem é

1360responsável pelo que, quando, como vai ser apresentado, para que tenhamos uma

1361definição, porque, entendo, o assunto é importante, mas há outros assuntos

1362importantes que deixam de virá Câmara, porque estamos ainda nos debatendo sobre

1363esse assunto há dois anos. Enquanto estamos tratando do particular, de um caso

1364específico, de um setor específico, as resoluções gerais que carecem de uma reforma

1365urgente estão aguardando na fila esperando a discussão, uma discussão que pode,

1366inclusive, mudar, revogar parcialmente ou integralmente, o que nós estamos

1367discutindo agora. Então, a ponderação que eu faço é essa, Sr. Presidente, que

1368tenhamos um objetivo claro, uma estratégia bastante pragmática para que, em março,

1369não estejamos de novo na mesma situação, para que isso não se repita. É a

1370ponderação que eu faço.

1371

1372

1373 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Obrigado, André.

1374 Eugênio, Abema.

1375

1376

1377 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Bom, dito isso pelo  
1378 André, eu quero só acrescentar duas questões. A Abema, além da discussão natural  
1379 que ela terá que fazer entre seus pares, nós vamos ter que reunir para ver uma  
1380 posição, para que lado vai, nós vamos procurar os outros setores para também  
1381 conversar nesse íterim. Para vermos se podemos ir aproximando as questões. Eu  
1382 acho que nós não vamos ter uma proposta, sinceramente, eu acho que isso não é de  
1383 mérito, acho que dificilmente nós teremos uma proposta de consenso. O que nós  
1384 podemos é aproximar mais as questões. Eu também não acho que é problema não ter  
1385 consenso, não acho que é problema. Eu acho que é próprio do processo democrático,  
1386 por isso é um colegiado deliberativo porque ele delibera mesmo e delibera por maioria  
1387 e assim por diante. Agora, o que nós não podemos, e aí eu ressalto, que eu acho que  
1388 não é razoável, é levarmos com um nível de conflito que tem hoje para uma decisão o  
1389 Plenário para tentar apaziguar melhor e entender melhor as razões desse setor e  
1390 daquele setor. Então, a Abema vai procurar nesse período, por isso, eu vou inclusive  
1391 fazer uma solicitação aqui que marquemos a próxima reunião lá para março para dar  
1392 tempo para os setores conversarem, irem se acertando para que possamos, de fato,  
1393 organizar isso. E aí eu vou fazer uma proposta aqui também do ponto de vista  
1394 metodológico, na medida em que vamos mandando, se é possível trazer o trabalho  
1395 que for feito, de forma, já identificar o que é consenso, nós temos um nível de  
1396 consenso grande e separar o dissenso, e que centralizemos nas próximas vezes uma  
1397 conversa mais sobre os dissensos, facilitando metodologicamente a compreensão  
1398 desse material, enviando previamente para todas as pessoas. Eu sei que o Ministério  
1399 do Meio Ambiente já fez isso dessa vez, mas manter essa proposta. E nós vamos  
1400 procurar também. Eu vou pedir um conversa com o setor de licenciamento do Ibama,  
1401 a Abema também vai querer aprofundar a discussão com o próprio Ibama em relação  
1402 o que é nossa percepção e o que é a percepção do Ibama para tentar nos aproximar  
1403 ou não. Nós temos muita aproximação de conversa, mas, de fato, nós não sentamos,  
1404 o Ibama e a Abema, para uma conversa organizada. Eu me disponho a isso, assim  
1405 como eu já falei, quero com o Ministério Público, entender melhor a razão, ver como é  
1406 que se dá com Apromac, não tem problema nenhum, o MME nós já conversamos, o  
1407 setor energético, nós já viemos conversando, mas para essa situação. Então, eu acho  
1408 que é um pouco isso. É um amadurecimento mesmo do negócio, nós temos que  
1409 procurar as conversas bilaterais agora. Eu acho que está precisando um pouco mais,  
1410 porque o grupo aqui é muito grande. Se conseguirmos sentar bilateralmente para  
1411 conversar e ir separando, nós podendo ir juntando as partes e vendo o que tem e o  
1412 que não tem e para onde podemos ir com serenidade. É um pouco isso só. Eu acho  
1413 que o grupo grande é bom, mas, em alguns momentos, ele pode atrapalhar.  
1414 Entendam o meu atrapalhar, não que eu quero ser reducionista, mas têm alguns  
1415 momentos que temos que sentar algumas pessoas para dar uma organizada e  
1416 concatenada nas ideias. É isso que nós vamos procurar fazer por iniciativa da Abema.

1417

1418

1419(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1420

1421

1422 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Já antecipa um  
1423 pouco da minha preocupação que a estratégia dos próximos passos. Obrigado,  
1424 Eugênio. A palavra continua franqueada, aberta senhores membros titulares e  
1425 suplentes da Câmara Técnica. Consulto aos senhores, seria necessário fazermos  
1426 uma votação ou há um consenso de acatamento com relação à matéria continuar no  
1427 Grupo de Trabalho? Consenso. Então, primeiro agradecer todos os senhores, pedir  
1428 desculpas em meu nome e em nome do pessoal do Ibama, se eventualmente nós nos  
1429 pronunciamos de forma acalorada, mas faz parte. Também corre sangue nas veias e,  
1430 às vezes, nos sentimos um pouco chocados, mas isso é também é bom, porque isso  
1431 traz desafio para nós e aumenta no nosso compromisso com a solução. Se vocês me  
1432 permitem, eu gostaria de suspender a reunião da Câmara Técnica, o que não impede  
1433 a participação dos membros da Câmara Técnica. Estou encerrando a Câmara  
1434 Técnica, mas não impede a participação, que vocês continuem aqui, só para  
1435 podermos entrar num regime mais informal do Grupo de Trabalho. Talvez nós  
1436 pudéssemos até dispensar a reunião da tarde, se em meia hora, em quinze minutos  
1437 ou em vinte minutos, conseguíssemos traçar um pouco do que o André e Eugênio  
1438 falaram. Estratégias dos próximos passos e uma pequena matriz de responsabilidade.  
1439 O que cada um pode ficar de fazer para trazer na próxima reunião? E o que será a  
1440 base das nossas discussões? Será aquele texto que colocamos? Considere  
1441 encerrada a Câmara Técnica de Controle Ambiental e poderíamos agora reiniciar um  
1442 processo, só para de efeito de gravação. Tadeu, como Câmara ou como Grupo?

1443

1444

1445(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1446

1447

1448 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Só uma questão da ordem  
1449 sobre essa sua proposta.

1450

1451

1452 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Pois não.

1453

1454

1455 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Eu acharia interessante em  
1456 termos de registro, de ata, de que você fizesse uma breve justificativa, porque está  
1457 encerrando a Câmara Técnica e voltando ao GT. Seria interessante.

1458

1459

1460 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – A explicação seria a  
1461 seguinte: dos novos membros da Câmara técnicas, cinco estão participando  
1462 ativamente no Grupo de Trabalho. Então, é uma mera formalidade. O Grupo de



1463Trabalho, ele estaria marcado, inclusive, para se reunir hoje, se eventualmente nós  
1464tivéssemos percebido ontem, que estaríamos caminhando para aproximação das  
1465propostas, eventualmente nós concluímos que ontem não seria possível. Então, estou  
1466encerrando a Câmara Técnica para darmos início a uma breve reunião do Grupo de  
1467Trabalho com possibilidade de participação de todos os membros da Câmara Técnica  
1468na formulação de uma estratégia para a condução dos próximos passos do Grupo de  
1469Trabalho. Obrigado, Tadeu. Está encerrada a reunião da Câmara Técnica e nós  
1470entramos em um regime mais informal do Grupo de Trabalho. *(Intervenção fora do*  
1471*Microfone. Inaudível.)* Mas, lógico, os convidados do Ministério do Meio Ambiente são  
1472convidados.

1473

1474**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Obrigada.

1475

1476

1477**A SR<sup>a</sup>. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** - Deusdará, só para eu entender, desculpa.

1478À tarde então, você vai continuar...

1479

1480

1481**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Não. Se nós  
1482continuarmos, agora estamos em um regime... Se formularmos a estratégia agora, eu  
1483acho que não precisamos começar à tarde *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*,  
1484porque, à tarde nós vamos ficar insistindo num caminho, que me parece que o  
1485máximo que podemos fazer à tarde, se formos discutir textos, é recrudescer as  
1486distâncias. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)* Eugênio.

1487

1488

1489**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Ah! Pelo o amor de  
1490Deus! *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.) (Risos).*

1491

1492

1493**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Nós já pedimos duas vezes.

1494

1495

1496*(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*

1497

1498

1499**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Pessoal, eu gostaria  
1500que nós formalmente aqui, combinando na Câmara Técnica, a próxima reunião do  
1501Conama é 19, não é?

1502

1503

1504**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - A  
1505próxima Plenária é 19 e 20, ainda para não pairar dúvida para ninguém, essa matéria  
1506não vai para 19 e 20.

1507

1508

1509 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Sim, mas vamos lá.

1510

1511

1512 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - Que  
1513 porque não dar tempo de jurídica etc..

1514

1515

1516 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Eu sei, nós não  
1517 estamos resolvendo aqui não vai, esquece, não entrará na pauta do próximo Conama.  
1518 Mas a minha pergunta não tem nada a ver com essa matéria do Conama, é como  
1519 cronograma. Eu gostaria, eu como Abema, sugerir que nós vamos fazer uma série de  
1520 conversas bilaterais, nós precisamos para entender melhor as razões e todos os  
1521 setores, e buscar talvez outros setores que nem aqui estejam para ampliarmos esse  
1522 debate. Então, eu gostaria de fazer um encaminhamento, eu estou sugerindo o  
1523 encaminhamento que nós tenhamos como base a reunião do Conama do dia 19 um  
1524 tempo para que os setores conversem entre si. Nós vamos fazer, eu quero depois,  
1525 antes de sair daqui, conversar com o procurador de Justiça. Já deixar agendada uma  
1526 reunião com os senhores, já deixar agendada uma reunião com Apromac, com o  
1527 movimento social aqui dentro, com o Ibama. A Abema vai querer fazer uma agenda de  
1528 conversa bilateral nesse momento para identificar isso. Nós queremos entender e  
1529 queremos ver o que dá para avançar nessa proposta, o que os outros podem avançar  
1530 e aquilo que não tem avanço, não é problema, eu acho que não vamos brigar por isso.  
1531 É essa questão. A minha sugestão bem prática aqui é deixar esse tempo de um mês,  
1532 hoje é dia 11 praticamente um mês, um mês e uma semana, para possamos  
1533 conversar entre nós, fechando isso. No Conama, nós fechamos um cronograma, vai  
1534 está, praticamente, todo mundo aqui no Conama. Nós fechamos e vocês já fecham  
1535 uma agenda, se não, não vai dá. Nós temos que ter um tempo melhor para  
1536 amadurecimento disso. Pessoal, nesse ínterim que eu estou falando aqui, tem  
1537 carnaval, nós temos carnaval no final do mês, início de março, parece um tempo  
1538 longo, mas não é um tempo tão longo assim não. *(Intervenção fora do Microfone.*  
1539 *Inaudível.)* Não, não, calma querida, O que eu estou falando aqui, é um tempo para as  
1540 conversas entre os setores, organizadas entre os setores, para nós depois fecharmos  
1541 uma agenda do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica.

1542

1543

1544 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Eugênio, quanto à  
1545 estratégia que o Abema vai adotar, nós não temos nada a opor, se a Abema acha  
1546 importante se reunir, a Abema conversar com o Ministério Público, conversar com  
1547 Apromac, eu acho perfeito, porque você bilateralmente tem prerrogativa disso, e acho  
1548 que isso vai contribuir para o debate. Quanto ao grupo, eu acho que um mês, dado o  
1549 carnaval e Conama, não sei se nós, nós estávamos até conversando isso ontem, não  
1550 é, Hassan? Trinta dias não é um prazo que possamos gerar expectativa de solução  
1551 total do problema. Eu acho que podemos ter um avanço muito grande em um mês.  
1552 Realmente, se nós nos comprometermos com algumas coisas, podemos caminhar  
1553 bastante, entendeu, Tadeu? Agora ter a perspectiva de que iremos, numa próxima  
1554 reunião daqui um mês, estarmos com o problema solucionado, eu acho um pouco

1555complicado. Mas, vamos continuar ouvindo. (*Intervenção fora do Microfone.*  
1556*Inaudível.*) Eu queria, prazo acho que está interessante, o encaminhamento está  
1557correto, sua matéria, Eugênio, o encaminhamento está bem conduzido. O que me  
1558preocupa é além das conversas bilaterais, será que não temos algum outro dever de  
1559casa que possamos fazer até a próxima reunião? Por exemplo, foi levantada a  
1560questão Jurídica de conflito entre outras legislações, Código Florestal, SNUC, e tal. A  
1561Gravina apontou isso várias vezes, será que não seria interessante nós subdestacar  
1562um grupo para trazer isso de uma forma pragmática, talvez uma ou duas pessoas  
1563pudessem focar na questão jurídica, dizer: “olha, gente, quando vocês - exemplo  
1564hipotético – quando vocês falam de caverna, caverna já disse isso, e isso. Quando  
1565vocês falam da APP, o Código Florestal já diz isso, isso e isso”, para contribuir com o  
1566Grupo de Trabalho e evitar aquela coisa: “eu entendendo isso entendo aquilo”. Nós  
1567pesquisamos o que estava no contexto da legislação vigente é isso, friamente. Esse  
1568pode ser um encaminhamento interessante, se vocês julgarem oportuno, necessário,  
1569destaco o subgrupo, aberto quem quer participar? Abeeólica, o Ministério Público,  
1570certamente? Não tem problema. Fica como dever de casa e, na próxima reunião, nós  
1571possamos eventualmente ter essa contribuição dessa pesquisa sobre legislação  
1572vigente. Outro ponto sensível, a questão da 279, a 237, que nós ficamos sempre  
1573falando: “Ah a 279 trata disso, a 237 trata daquilo”, e isso não é matéria comum para  
1574Tadeu, não é matéria comum talvez para mim, não é simples para Abeeólica. Será  
1575que não seria interessante alguém se dedicar a ver de fato a 279 e 237 e qual é a  
1576relação que ela tem com uma possível Resolução e prazos de eólica? André já se  
1577propõe a pensar um pouco nisso. Outra questão, uma questão meramente ambiental,  
1578exclusivamente ambiental, será que não seria importante nós vermos as  
1579experiências? Questão dessa energia de impacto ou não, consultar um pouco outros  
1580trabalhos. A Isabel trouxe um trabalho ontem sobre a erosão em litoral. Eu, antes de  
1581ontem, eu estava lendo o trabalho da Universidade de Minas Gerais sobre a questão  
1582de eólicas. Será que não podíamos, com fontes mais substanciadas, trazer de fato  
1583que existe no estado da arte sobre os impactos ambientais? Outra possibilidade que  
1584me veio a cabeça, que pode usar bastante e a Abema tem um papel importante nisso,  
1585trazer um resumo de como funcionam os Estados. Como é que os Estados operam  
1586hoje? Será que não estamos criando mais problemas do que solução? Isso já foi feito,  
1587é só resgatar os Grupo de Trabalho da época da Fepam, eu tenho certeza que foram  
1588visitar vários Estados ou talvez só pegar a Ana Rosa, o ‘MME’, deve ter isso, e  
1589resgatar (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*). Mas, dá uma atualizada, como  
1590*emails* Gente, nós termos essa informação: está mantida assim ou não está.  
1591Entendeu, Tadeu? Um pouco de gerar partes do problema para que na hora em que  
1592formos discutir os questionamentos sejam dados com fundamento, com informação e  
1593sem essa questão que realmente está colocando com um pouco mais a frente da  
1594razão, que é a emoção. Então, assim, esse era, pensando alto o encaminhamento  
1595que eu gostaria de dar e ver se alguém propõe uma assumir outra responsabilidade.  
1596O André já levantou a mão ali também. André.

1597

1598

1599**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1600**Janeiro)** – Nós fomos os primeiros a falar desse conflito e é um conflito, inclusive, de

1601definição. E eu acho que podemos aprofundar essa discussão que, na 249, o  
1602considerando fala em porte, o artigo fala em potencial de impacto e aqui nós estamos  
1603falando de grau de impacto. São conceitos diferentes. Então, eu acho que primeira  
1604coisa é alinhar os conceitos que estão nas resoluções anteriores e, se for o caso, até  
1605estabelecer um novo conceito, mas com coerência, lembrado também que há prazos  
1606estabelecidos na Resolução Conama 237 de dois meses para licenciamento com a  
1607EIA/RIMA e seis meses para o licenciamento convencional (*Intervenção fora do*  
1608*Microfone. Inaudível.*), mas tem que alinhar e trazer isso para que a Resolução ou  
1609esteja coerente, ou que ela revogue tacitamente o que está disposto em outra  
1610Resolução.

1611

1612

1613**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Eu sei, você  
1614assumiu o compromisso de fazer análise. Entendi isso.

1615

1616

1617**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1618**Janeiro)** – Posso fazer a análise.

1619

1620

1621(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1622

1623

1624**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Então, você vai  
1625fazer essa análise fria. (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*) Isso aí, tudo bem,  
1626quem quiser participar, não tem problemas. Eu quero a ter a responsabilidade sobre  
1627determinados assuntos para não haver omissão recíproca. Eu não fiz, você não fez,  
1628ninguém fez, e volta. (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1629

1630

1631**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1632**Janeiro)** – Só não pode ter área de sombra.

1633

1634

1635**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - Eu só estava tentando organizar. Exatamente a sua  
1636proposta seria a criação de subgrupos informais (*Intervenção fora do Microfone.*  
1637*Inaudível.*) que vão tratar desses dois assuntos. Nessa linha, eu sugeriria mais um  
1638que foi falado aqui, que é a questão técnica, vê um subgrupo para tratar,  
1639especialistas, nós sabemos que no Ministério do Meio Ambiente tem um grande  
1640especialista, já foi falado, o Roberto Cavalcante, talvez um dos maiores do Brasil de  
1641ave e fauna. Então vou trazê-lo junto com outras pessoas para discutir, não vai ser  
1642nada dentro do âmbito de regimento etc. e tal. São coisas informais, mas que eu acho  
1643que vão levar a alguns resultados práticos. Nós vamos poder ter uma contribuição  
1644maior. Então, essa questão técnica de especialistas, eu sugiro, e essa que você  
1645colocou de como operam os Estados, que o Eugênio falou que há necessidade de  
1646realmente uma atualização de normativas dos Estados, e naquele quadrinho que o

1647pessoal fez, só fala se é RAS ou EIA, talvez pudesse ser um pouco mais debruçado  
1648nisso. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)* Eu sugeriria, claro, a participação da  
1649Abema, viu Eugênio, mas também a participação do Ibama, de alguma forma, porque  
1650o Ibama pode contribuir nessa questão. Eu acho que isso aí é um encaminhamento  
1651favorável.

1652

1653

1654*(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*

1655

1656

1657**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Muito boa. Tira  
1658esse calendário pelo o amor de Deus! Na hora, você começa a me colocar dentro de  
1659quadradinho, me vira um quadradão. Ela está me falando aqui dos meus prazos, aí eu  
1660fico nervoso. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)* É informalidade.

1661

1662

1663**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Essa questão de prazos, o Eugênio colocou, deu um  
1664mês e tal, mas eu acho que uma das coisas que eu tenho visto que atrapalha, é que  
1665nós começamos a trabalhar para finalizar o prazo e não pela maturidade que tem que  
1666ter o assunto que é extremamente complexo. Tem trazer porque o Conama vai vir, vai  
1667ver. Então, agora nós estamos nos desassociando, estamos fazendo um GT que tem  
1668que finalizar as discussões, amadurecer, ter realmente uma proposta independente do  
1669prazo. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)* Claro que sabemos que é interesse  
1670de todo o mundo que seja o mais breve possível. Eu acho o que prazo, André, não  
1671precisa daqui a mês. Nós podemos colocar um prazo maior e tudo que fizermos que  
1672acabe antes, ótimo, excelente. Agora coloque um prazo razoável, de final e não de  
1673etapas, e deixa a coisa fluir. Se você fala daqui um mês, aí a Moara que tem que  
1674contribuir está de férias, aí tem carnaval, o outro não vai, e aí não explora. Nós já  
1675estamos há muitos anos com isso.

1676

1677

1678**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1679**Janeiro)** – Nós não discutimos qual prazo, mas que tem que ter um prazo, tem que  
1680ter. Senão, não tem planejamento.

1681

1682

1683**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Um prazo final, mas as etapas não. Eu acho que tem  
1684que amadurecer o quanto precisar.

1685

1686

1687**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – O prazo final não  
1688precisa nem falar, todos sabem e tem reflexão sobre qual é o prazo final. Os  
1689intermediários, nós temos que trabalhar. Nós temos uma segunda reunião do  
1690Conama, que está com data marcada, os prazos. *(Intervenção fora do Microfone.*  
1691*Inaudível.)*. Está dado.

1692

1693

1694 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Eu só queria complementar essa ideia que e o  
1695 Deusdará colocou do aprofundamento mais em dados técnicos, porque eu acho que  
1696 tem alguns Estados, como o Ceará, Bahia, pelo o que eu pude perceber, Rio Grande  
1697 do Sul, que fazem mais licenciamentos talvez, e que nós trouxéssemos mais dados  
1698 técnicos dos impactos sócio-culturais. Não são tantos Estados que estão com tanta  
1699 experiência nisso, porque eu acho que facilitaria muito a discussão, trazendo dados  
1700 primários. E aí o que aconteceu nesses parques e tal, e as comunidades? E os  
1701 pescadores artesanais? Nós sabemos que, no litoral brasileiro, as populações  
1702 tradicionais estão espalhadas em todas as áreas, eu acho que seria fundamental para  
1703 na hora da discussão não ficar parecendo posições ideológicas e defesas e tal  
1704 (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*), mas sim em cima de dados concretos.  
1705 Nós tivemos esse e esse problema, como é que podemos tentar evitar. (*Intervenção*  
1706 *fora do Microfone. Inaudível.*) A repetição do problema.

1707

1708

1709 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Isabel. A Isabel está  
1710 com frio, todos com calor e ela toda enrolada.

1711

1712

1713 **A SR<sup>a</sup>. ISABEL (MPF)** - Também uma contribuição, uma sugestão, de também, não  
1714 sei, convidar ou, ao menos, conversar com os pesquisadores que têm uma certa  
1715 experiência no tema. Os pescadores do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal  
1716 que trabalharam, na elaboração dos estudos ambientais e até hoje eu acho que ainda  
1717 trabalham no monitoramento do parque de Ozório. Tenho alguns nomes, que eu  
1718 posso até sugerir, (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*) e seria acho muito  
1719 interessante, bacana, ouvir talvez, até convidá-los não sei, para dizer os impactos o  
1720 que eles têm observados, sugestão, eu acho que eles vão saber sugerir até com mais  
1721 propriedade do que nós, áreas mais sensíveis para esses grupos.

1722

1723

1724 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Como tenho ouvido  
1725 de tuberculoso, estou ouvindo o que o Eugênio está falando ali, para eu tomar  
1726 cuidado, por que se não vai virar um seminário sobre eólica. Então, para evitar o que  
1727 ele está falando de fazer um seminário, o Ministério do Meio Ambiente se compromete  
1728 de assumir essa responsabilidade, (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*) Mande  
1729 os nomes que, nós não vamos fazer um seminário, vamos fazer uma conversa.

1730

1731

1732 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Vai ser uma conversa técnica de especialistas. Não vai  
1733 ser seminário, *Workshop*, nem nada assim.

1734

1735

1736 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)**: Wilson.

1737

1738

1739 **O SR. WILSON ROCHA (Procurador da República)** - Deusdará, eu vou levar para a  
1740 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que é a nossa Câmara Ambiental a  
1741 proposta de elaboração de uma nota técnica e, para elaborar essa nota técnica,  
1742 provavelmente, nós vamos expedir alguns ofícios para secretarias de meio ambiente  
1743 de Estado e Ibama que já trabalham com licenciamento para levantar dados primários.  
1744 Eu acho que está precisando disso, por exemplo: "Os parques que tem sido  
1745 licenciados tem quantas torres?". Eu acho que vai ser uma discussão fulcral naquele  
1746 debate do corte que o Eugênio propôs e que nós concordamos. *(Intervenção fora do*  
1747 *Microfone. Inaudível.)*. Vamos elaborar uma nota técnica, então, e com essa  
1748 preocupação também de levantar dados sociais. Eu penso assim, que, na área  
1749 ambiental, realmente é um enfoque muito grande na área biológica, na questão do  
1750 meio ambiente no sentido estrito, meio ambiente natural, e nós percebemos que  
1751 sempre que o Ministério Público entra nas discussões, tentamos levantar os dados  
1752 sociais. Então, nos estudos que faremos, nas conversas que teremos daqui para  
1753 frente, que tentemos levar em conta, e trazer para a mesa de discussão também esse  
1754 dado social que é muito importante que é o problema que geralmente bate na nossa  
1755 porta, sobra sempre o Ministério Público depois apagar o incêndio depois que está  
1756 instalado. Nós vamos elaborar uma nota técnica, vou propor isso para 4ª Câmara.  
1757 Vocês devem receber alguns ofícios para nos auxiliar a entender o estado da arte hoje  
1758 como está funcionando no Brasil.

1759

1760

1761 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Bom, eu acho que...  
1762 Fala, André. Depois que ele foi eleito vice-presidente, ele está falando.

1763

1764

1765 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1766 **Janeiro)** – Não, não é isso. É porque fica parecendo na fala que está sendo colocada  
1767 que não houve nenhum momento com a participação de especialistas. *(Intervenção*  
1768 *fora do Microfone. Inaudível.)*. E, na segunda reunião de GT, teve um dia só com  
1769 especialistas, lá em agosto, tivemos dois dias de reunião. O primeiro foram os  
1770 especialistas, cada setor indicou seu especialista e, na segunda reunião, o grupo se  
1771 reuniu. Então, assim, vai ter mais discussão, ótimo, positivo, mas não que não seja  
1772 feito a menção que não tenha tido essa discussão por...

1773

1774

1775 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Isso é importante.

1776

1777

1778 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - André, a ideia do especialista não é bem a que teve,  
1779 não. Eu acho que é outra coisa que nós estávamos propondo. Nós vimos que tinha  
1780 aqui uma questão, uma lacuna de conhecimento, vou chamar assim, de uma questão,  
1781 por exemplo, de rota migratória de aves, tanto de estudos que foi feito, que não foi  
1782 feito. Nós temos a pessoa que é o maior especialista e podemos ouvi-los, não vai ser  
1783 feito um workshop. Vamos reforçar, Não é um workshop, como foi o de vocês, não. É  
1784 só um ouvido diante da luz do que se tem hoje de lacuna do conhecimento. Está todo

1785 mundo dizendo, “tem pacto cumulativo cinético”, “como é que é isso, como não é e  
1786 como seria?” É mais uma passada. Agora, eu entendo que foi feito antes um  
1787 seminário, foi exaustivo, foi um nivelamento, de repente tem que visitar alguns  
1788 desses posicionamentos, até mesmo com pessoas que vieram.

1789

1790

1791 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1792 **Janeiro)** – O convite aos especialistas pelos setores foi feito, é isso que eu estou  
1793 dizendo.

1794

1795

1796 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - E agora.

1797

1798

1799

1800 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1801 **Janeiro)** – Não é algo que estamos fazendo agora pela primeira vez.

1802

1803

1804 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** - Não, não é a mesma coisa. Eu até te convido para  
1805 fazer parte desse grupo, nós vemos isso. Não é problema não.

1806

1807

1808 *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível.)*

1809

1810

1811 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – (...) ela me mata.  
1812 Paula. Depois da Paula, é o Hassan.

1813

1814

1815 **A SR<sup>a</sup>. PAULA CIMINELLI RAMALHO (Anamma Região Sudeste)** - Só uma  
1816 observação aí, de novo, de quem está chegando agora também, mas eu gostaria de  
1817 fazer uma ponderação. Eu acho que é super importante nós termos a visão dos  
1818 especialistas, aprofundar a discussão. Só, em minha opinião, o grupo precisaria tomar  
1819 um pouco de cuidado para não trazer um nível de detalhamento para a Resolução,  
1820 que queira ser um processamento de licenciamento antecipado. O processo de  
1821 licenciamento é para isso, é para avaliar esses impactos, onde cada empreendimento  
1822 está se instalando. Eu acho que a discussão se torna exaustiva, sem frutos, se nós  
1823 tentarmos antecipar todos os impactos, tudo que pode acontecer, trazendo isso para a  
1824 Resolução. Eu acho que isso perde um pouco a força do instrumento de licenciamento  
1825 e a discussão acaba patinando e não chega a nenhum lugar. *(Intervenção fora do*  
1826 *Microfone. Inaudível.)*. Sem tirar a importância de ouvir, de todo mundo saber do que  
1827 estamos falando, de quais são os principais impactos que de ter um nivelamento do  
1828 conhecimento. Eu acho que é importante o Grupo de Trabalho tomar cuidado para  
1829 não querer antecipar esse licenciamento para a Resolução.

1830



1831

1832 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Eu estava aqui  
1833 falando, como disse aqui, a minha filha mandou bem... Vocês têm razão, nós não  
1834 podemos ter ansiedade com a Resolução que trate ansiosamente, mas com esse  
1835 processo já sabe as grandes lacunas, talvez seja ouvi-los, focados nas nossas  
1836 perguntas que não tiveram respostas suficientes, (*Intervenção fora do Microfone.*  
1837 *Inaudível.*) Temos problemas, porque não conseguimos avançar no critério para o  
1838 licenciamento, associado a esse problema. Você podia tentar nos ajudar a equacionar  
1839 esse problema? Qual a sua função técnica a respeito desse problema. O senhor tem  
1840 razão. Nós podemos derivar com uma preocupação que o Eugênio também tem para  
1841 uma cientificidade tão grande, que nós não demos, não respeitemos a oportunidade  
1842 da Resolução Econômica, que é fazer a moldura e esperar que essas coisas  
1843 aconteçam. (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*). Hassan.

1844

1845

1846 **SR. HASSAN SOHN (Apromac)** - Eu vou sugerir uma missão difícilíssima de ser  
1847 cumprida, mas, enfim, acho necessário. Nós temos aqui no momento, dois textos  
1848 aparentemente contrapostos. Eu tenho certeza, volto a afirmar minha convicção, que  
1849 a contraposição é aparente dentro desses temas de pensamento que não  
1850 conseguiram ainda se coadunar. A minha proposta é que, e já vou anunciar que  
1851 também não adianta não enunciar, que o MMA ou o Ibama escolha uma pessoa,  
1852 devidamente capacitada evidentemente, para tentar fazer um texto de mediador,  
1853 porque o que nós temos aqui? Temos textos de sistemas estruturantes da Resolução  
1854 divergentes e, enquanto nós tivermos com sistemas divergentes na estruturação, vai  
1855 ser difícil de caminhar para um consenso. Então eu proponho um mediador, que vai  
1856 pegar as inúmeras propostas, inclusive a proposta do artigo de ontem que nós não  
1857 apresentamos ainda, fatalmente apresentaremos daqui a pouco, vai pegar os termos  
1858 de referência que são anexos à proposta inicial do MME e que acabaram ainda não  
1859 sendo incorporados nas nossas minutas. Compartilhe, Eugênio é importante. É um  
1860 momento importante.

1861

1862

1863 **SR. EUGÊNIO SPENGLER (Governo do Estado da Bahia)** - Eu estou dizendo  
1864 que concordo com isso, é isso.

1865

1866

1867 **SR. HASSAN SOHN (Apromac)** - E eu vou pedir o seguinte também, já que vai ver  
1868 os termos de referência, resgatem aquela primeira proposta da Apromac, que tem  
1869 elementos de termo de referência ali, e façam uma reflexão muito, além de isento,  
1870 evidentemente que se espera de um mediador, muito pragmática. O nosso texto,  
1871 evidentemente, é baseado em uma percepção pragmática, instrumental, em  
1872 experiências que nós colhemos, mas, evidente, as nossas experiências são todas de  
1873 dados secundários. E eu imagino que o mediador vindo do eixo MMA/Ibama tem mais  
1874 condição de ter acesso ao dado primário, por que trabalha com isso no dia a dia. Essa  
1875 é a minha sugestão. Isso nos ajudaria em que? Ajudaria talvez já criar uma linha  
1876 intermediária em que possamos refletir bem melhor, porque, se você está

1877sistematizado, você está vendo começo, meio e fim, e não está só brigando pelo o  
1878pontual, sem ver o global.

1879

1880

1881**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Lourenço, MME.

1882Desculpa meu amigo, Leonardo. Começa com Leopoldo, Lourenço. Pode me chamar

1883de Deus me livre. (*Risos!*).

1884

1885

1886**O SR. LEONARDO POVOA (MME)** - Está bem, Deusdará. Antes de fazer essa

1887mediação, eu queria só pedir para o arquivo que nós trabalhamos ontem com as

1888posições convergentes e divergentes fossem mandados o mais rápido possível.

1889

1890

1891**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Isso é importante,

1892independente do grau de entropia que paramos ontem, vamos distribuir, viu Vinícius,

1893(*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*) Isso não é para fazer reciclagem não. Eu

1894acho que isso aí tem que ser colocado para refletirmos e culminar em cima das

1895divergências, e procurar um pouco de aproximação. Nós não perdemos os trabalhos,

1896pelo contrário, nós avançamos, você tem razão, tem que disponibilizar. Quanto à

1897provocação do Hassan, eu vou ter que pensar, porque tem dois problemas

1898relacionados à sua proposta: se nós fizermos a mediação do ponto de vista de texto,

1899não haverá como, é natureza humana, nós queremos nos envolver na defesa do

1900texto. Aí você vai me colocar na posição que eu fico mais angustiado, que é de juiz de

1901jogador. Dessa posição, eu quero sair. É preciso avaliar isso bem, porque, na hora em

1902que eu partir para a redução de um texto tentando fazer a harmonização,

1903naturalmente eu vou tender a defender, e aí é uma terceira proposta. Então, por isso,

1904vamos ver como é que caminha, e ver se... Calcular essa intervenção nossa de uma

1905forma moderada, porque se não ao invés de ajudar, nós vamos desarranjar mais

1906ainda. Talvez nessa posição mais apurativa do Ibama, faz como. Aí tudo bem, nós

1907estamos contribuindo para a construção do texto, mas se pegamos para poder juntar,

1908não vai ter jeito de deixarmos nossa digital (...), aí talvez um debate (*Intervenção fora*

1909*do Microfone. Inaudível.*) pode dar problema. Fale.

1910

1911

1912**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** - Tem

1913um adendo também, primeiro levantando uma questão do Leonardo. Todo o material

1914produzido, ele é colocado no site da maneira como saiu, com um relatório

1915acompanhado, que nós não tínhamos acertado previamente, mas tem sempre um

1916relator que é o André, que faz um relato e esse relato faz parte dos documentos que

1917intregam o que vai para o site. Quando algum documento é entregue para nós fora

1918daquela questão dos cinco dias, nós mandamos um e-mail para todos disponibilizando

1919o documento. Esse GT ficou um pouco confuso por vários documentos que vieram,

1920mas esse é o padrão. E aí, Deusdará, complementando o que você fala, o próprio de

1921DConama também não seria, Hassan, eu fiquei pensando se seria a nossa tarefa,

1922mas também não é, porque exatamente como Departamento de Apoio o que temos

1923que fazer é muito esse trabalho também de fazer com que todas as partes tenham  
1924igualdade na sua elaboração de propostas e na defesa de seus pontos de vista.  
1925Também não podemos mediar isso dessa maneira construindo o que você propôs.

1926

1927

1928**O SR. LEONARDO POVOA (MME)** - Apenas uma dúvida rápida, mas o documento  
1929de ontem já vai ser disponibilizado imediatamente? É porque ela falou do parecer, e  
1930eu fiquei na dúvida.

1931

1932

1933**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Vai. O documento  
1934ontem pode disponibilizado já, não pode? (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)  
1935As tabelas lá, aquela discussão. Solta o microfone, Adriano, tem que terminar a  
1936reunião. Aquela proposta do Ministério Público de critérios, aquela proposta de  
1937critérios da Apromac, aquele novo artigo. (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1938

1939

1940**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - São essas tabelas que foram trabalhadas ao longo de  
1941GT.

1942

1943

1944**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - E estão todas essas  
1945propostas do Ministério.

1946

1947

1948**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - As propostas do Ministérios, ontem à tarde, foram feitos  
1949um documento a parte que está aqui.

1950

1951

1952**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Isso tudo pode ser  
1953disponibilizado?

1954

1955

1956**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Não sei se o pessoal da MP e o Hassan da Apromac,  
1957querem aquele documento, porque (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*)

1958

1959

1960**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** – Então, ele vai  
1961passar uma versão ponto dois e tudo isso vai ser disponibilizado.

1962

1963

1964**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de**  
1965**Janeiro)** – Deusdará, só uma questão de ordem, rapidinho, o seguinte: esse vai ser o  
1966terceiro relatório do grupo e até hoje eu nunca recebi nenhum comentário.

1967

1968

1969 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Fiquem à vontade.

1970

1971

1972 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de Janeiro)** – Eu nunca recebi nenhum comentário. Queria dizer o seguinte, fiquem à vontade, “ah, André você escreveu um negócio lá e não foi bem o que eu disse, você se esqueceu de colocar um negócio”, envia um email, e nós arrumamos, que eu tento consolidar.

1977

1978

1979 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - É que o André, o relator, ele já fez vários relatórios.

1981

1982

1983 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Governo do Estado do Rio de Janeiro)** – E estou fazendo uma versão acumulada, porque a cada reunião tem gente nova. Então, eu poderia colocar só um trecho ali, mas ficaria um negócio solto. Então, estou fazendo, na verdade, atualizações do histórico e que ali tem a câmera, a primeira, a segunda, a terceira, que aí tem a visão do todo e a linha do tempo também. Então, o que eu queria colocar é o seguinte: fiquem à vontade, se tiver algum ponto para complementar, para alterar, para corrigir... Imagina, o conteúdo de informação que foi trazido aqui ao longo de todos esses dias de grupo, com certeza alguma coisa acaba passando e nós não fazemos um registro *ipsis verbis*. Nós fazemos um resumo geral. Então, tem o meu email no site. Vou tentar fazer um relato sucinto também, porque eu acho que o pormenor está na ata, está na transcrição que vai se posta e fique à vontade para colaborar.

1995

1996

1997 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Está bem. Gente, eu vou pedir à Andréia para fazer a leitura, a ajuda da memória do que nós acertamos aqui depois nós vamos ter que ver uma data. Fala, Tadeu.

2000

2001

2002 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** - Voltando àquela questão dos técnicos, especialistas. Já foi comentado aqui da possibilidade de convidar o Paulo Brack que é do Instituto de Biociências mas, além disso, e agora está fácil por que o Hassan, ele está fazendo parte agora da Apromac. A nossa provocação seria no sentido também, de no momento certo, na hora certa, convidar um representante da sociedade civil de população atingida por um parque eólico. Nós temos uma denúncia do Ceará, eu não lembro agora o nome, mas tem uma comunidade lá que sofre diretamente com os impactos, não sei se o Ministério Público tem conhecimento dessa cidade afetada, atingida no Ceará. É, não sei o que Quebrada, parece. Tem Morro Quebrado, Pedra Quebrada. (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*). Isso, exatamente, Canoa Quebrada. Seria interessante saber, desde já, se o Ministério... É, Canoa Quebrada (*Intervenção fora do Microfone. Inaudível.*). Presidente, é interessante saber se o Ministério vai viabilizar

2015essa, porque nós, como sociedade civil, eu acho que até o Ministério Público tem  
2016dificuldade de viabilizar a vinda de um Presidente de uma associação aqui para fazer  
2017um depoimento. (...). Daria credibilidade a elaboração, ao processo da elaboração da  
2018Resolução para que depois ninguém fique falando que não foram convidados os  
2019atingidos. Então, isso daria muita credibilidade a esse depoimento de uma hora, o que  
2020seja, meia hora, duas horas, não sei.

2021

2022

2023**O SR. WILSON ROCHA (Procurador da República)** - Proposta excelente, Ministério  
2024Público Federal concorda e reivindica inclusive que isso efetivamente seja feito, já que  
2025os empreendedores tem condição de se organizar e vir para cá e mandar técnicos e  
2026representantes, que o poder público consiga trazer também o outro lado dessa  
2027história, o outro lado da moeda, que é o atingido pelo empreendimento.

2028

2029

2030**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - Vou fazer o resumo dessas questões que foram  
2031tratadas aqui, que seriam tipo um subgrupo e, na verdade, é para variação de  
2032conceitos do estado da arte. Na questão jurídica de conflitos com outras legislações  
2033ficaria um subgrupo de legislação. A questão técnica com especialistas e  
2034pesquisadores que trabalham em alguns impactos, que ainda tem algumas dúvidas,  
2035sinergias etc. e tal, um subgrupo técnico coordenado pelo MMA. A questão da 279 e  
2036237, prazo e procedimentos, a relação com a eólica, ficou um subgrupo de 237, 279,  
2037coordenação do André. Outros trabalhos referentes a impactos de eólicas, seria o  
2038Estado da arte sobre os impactos, ficou um subgrupo de impacto, digamos assim, que  
2039eu não sei quem que poderia, mas eu sugiro aqui, mas enfim. Como operam os  
2040Estados atualmente, ficou Abema com a participação do Ibama e outros Estados que  
2041operam eólicas. O Estado da arte das questões sociais que ficou o Ministério Público,  
2042e tudo isso com um depoimento de um atingido. Poderíamos fazer o seguinte,  
2043Deusdará, não sei um encaminhamento, seria passar isso tudo para todo mundo e  
2044nós já sugerindo algumas pessoas, não sei como é que vai se dar, porque esse  
2045subgrupo, não sei se vai ter fôlego, e como é que se daria essa participação. Quer  
2046dizer o Ministério vai pagar para vir, não vai pagar para vir? Ou se nós faríamos, o que  
2047eu gosto muito, por email, ou então por videoconferência,. Eu acho que isso é muito  
2048bom, porque todo mundo se organiza, vai por videoconferência e quem puder vir, viria,  
2049por conta. Mas eu faço essa sugestão porque aí já dá uma... Nós vamos mandar para  
2050todo mundo e todo mundo que quiser participar já se colocam.

2051

2052

2053**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - Só uma observação,  
2054que eu acho que é consenso, não esquecer que tudo está no grau da informalidade,  
2055nós não estamos criando um subgrupo formal. É uma estratégia informal de criar um  
2056GT, *no socorro às aproximações*.

2057

2058

2059**A SRª. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** - *Ok, o setor fica à frente das interfaces.*

2060

2061

2062 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - *Como faríamos, nós*  
2063 *mandaríamos esse e-mail para todos os membros da reunião, com essa estratégia?*

2064

2065

2066 **A SR<sup>a</sup>. ANDRÉIA** - *Vamos mandar por e-mail porque estamos discutindo da*  
2067 *formalidade do Ibama.*

2068

2069

2070 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - PRESIDENTE (MMA)** - *Todos assinaram a*  
2071 *lista? Então, vai ser via e-mail, o ponto focal vai ser a Andréia. Vamos almoçar juntos,*  
2072 *vamos marcar um lugar para almoçarmos?*